

# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE AMBIENTES ESPORTIVOS E RECREATIVOS COM PEÇAS MODULARES EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DEMANDANTES.**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 21/05/2026 às 08:30h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**MENOR PREÇO GLOBAL**

**MODO DE DISPUTA:**

**ABERTO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:**

**NÃO**

## **PREÂMBULO**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026**

Torna-se público que o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS**, CNPJ n. 19.493.732/0001-99, com endereço na Praça Antônio Alves da Costa, nº 300, Vila São Pedro, cidade de Araxá/MG, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Frederico Ozanan Rangel – Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG, através do Pregoeiro Sr. Luiz Cláudio Ferreira e equipe de apoio designados pela Portaria nº 002/2026, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e Portarias nº 11/2023, 18/2023, 21/2023, 31/2024, 001/2025 e 22/2025, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

**LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 21/05/2026 às 08:30h

**ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

Dia 21/05/2026 às 08:30h

**SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE AMBIENTES ESPORTIVOS E RECREATIVOS COM PEÇAS MODULARES EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DEMANDANTES**, incluindo o fornecimento e instalação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**1.2.** A licitação será composta por 1 (um) lote, integrado por itens que possuem interdependência técnica e sistêmica entre si, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante apresentar proposta para todos os itens que o compõem.

**1.3.** A licitação será de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme exigências constantes do Termo de Referência - **ANEXO I**.

**1.4.** São Municípios demandantes do presente processo licitatório:

<b>01</b>	<b>CATAGUASES</b>
<b>02</b>	<b>NOVA SERRANA</b>
<b>03</b>	<b>BOTELHOS</b>
<b>04</b>	<b>COROMANDEL</b>
<b>05</b>	<b>CAMPO FLORIDO</b>

06	ESTRELA DO INDAIA
07	ESTRELA DO SUL
08	INDIANOPOLIS
09	JAPARAÍBA
10	MORADA NOVA DE MINAS
11	PEDRINOPOLIS
12	SANTANA DA VARGEM
13	SANTA ROSA DA SERRA
14	TAPIRA
15	TAPIRAÍ
16	VARJÃO DE MINAS
17	VARGEM BONITA

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços e legislação vigente.

**2.2.** O Artigo 6º da Lei Federal de nº 14.133/2021 em seu inciso XLV, prevê que o Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

**2.3.** Deverá ser observado neste certame as disposições contidas no Artigo 82 e incisos da Lei Federal de nº 14.133/2021, sendo que a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Consórcio Público CIMINAS a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**2.4.** Por se tratar de licitação na Modalidade Registro de Preços, os Municípios filiados ao Consórcio Público CIMINAS, poderão contratar quaisquer quantitativos que entenderem, não tendo ainda obrigação de efetuar quaisquer contratações, razão pela qual, não constará reservado quantitativos para os Municípios, pois as contratações irão depender do interesse público, da demanda de obras e serviços, da conveniência administrativa e da disponibilidade de recursos financeiros.

**2.5.** Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

**2.6.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme disposto no Artigo 84º da Lei Federal de nº 14.133/2021.

## 3. DO AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

**3.1.** Neste certame foi obedecido o disposto no Caput do Artigo 86º da Lei Federal de nº 14.133/2021, quando foi devidamente publicado no Site do CIMINAS o Aviso de Manifestação de

Intenção de Registro de Preços, tendo sido publicado no dia 11/03/2026, quando foi obedecido o prazo mínimo legal de 08 (oito) dias úteis.

#### **4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão eletrônico todos os interessados que estiverem previamente credenciados no portal LICITANET ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

**4.2.** Os interessados devem possuir ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

**4.3.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**4.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item 4.4 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.6.** A não observância do disposto no item 4.5 poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.

**4.7.** Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o micro empreendedor individual – MEI

**4.8.** O valor previsto para o presente Edital é superior aos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n. 8.538, de 2015 e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.9.** Poderão participar da licitação pessoas jurídicas reunidas ou não sob a forma de consórcio, sendo vedada a participação de empresas consorciadas em mais de um consórcio ou isoladamente, bem como a participação de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio.

**4.10.** As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste Edital, comprovação de compromisso público de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada, bem como a etapa da participação na execução dos serviços objeto da presente licitação, nos termos do disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.11.** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de execução do objeto licitatório até sua aceitação definitiva.

**4.12.** A eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo município aderente demandante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para

efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório.

**4.13.** A não comprovação de habilitação jurídica e qualificação técnica de alguma empresa integrante ao consórcio, resultará na **DESCCLASSIFICAÇÃO** da mesma.

**4.14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**

**4.14.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

**4.14.2.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

**4.14.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**4.14.4.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**4.14.5.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**4.14.6.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**4.14.7.** O impedimento de que trata o item 4.14.6, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.14.8.** O licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.14.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.14.10.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar



pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.14.11.** Que constem no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e/ou tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público.

**4.14.12.** Impedidas de licitar ou contratar com a contratante, bem como, com os municípios filiados e sua Administração Direta e Indireta.

**4.14.13.** Inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como impedidas ou suspensas, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

**4.14.14.** Que constem no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

**4.14.15.** Sob processo Recuperação Judicial ou Falência, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.101/2005.

**4.14.16.** É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial no processo licitatório, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2a Cam., DOU de 04.10.2011).

**4.14.17.** A empresa em recuperação judicial deve apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei Federal nº 11.101/2005.

**4.14.18.** A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**4.14.19.** Os documentos necessários à habilitação que foram juntados à plataforma eletrônica de licitações, serão objetos de conferência e autenticação pelos servidores designados como Agente de Contratação Responsável e/ou Equipe de Apoio.

**4.14.20.** Não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, de acordo com as hipóteses previstas no artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.

**4.14.21.** Os preços contratuais serão reajustados monetariamente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o decurso da anualidade da data do orçamento estimado, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), ou outro índice oficial que venha a sucedê-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, em conformidade com o disposto no art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

**4.14.22.** O índice de reajustamento de preço será o INPC/IBGE. Caso este índice seja extinto ou deixe de ser divulgado pelo órgão oficial competente, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos dos insumos relacionados ao objeto contratual, mediante justificativa técnica e aprovação do Consórcio.

**4.14.23.** O primeiro reajuste somente ocorrerá após o decurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, mesmo que a execução contratual se inicie em data posterior.

**4.14.24.** Os reajustes subsequentes observarão o mesmo intervalo anual, tendo como termo inicial a data do último reajuste aplicado.

**4.14.25.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 01 (um) ano, a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**4.14.26.** Ficam ressalvadas as situações previstas no artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.

**4.14.27.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

## 5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**5.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o Ato Convocatório, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site **www.licitanet.com.br**, sob pena de não conhecimento.

**5.2.** Caberá ao Pregoeiro Responsável responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, bem como ao Departamento requisitante do objeto do certame.

**5.3.** Qualquer modificação no Edital exigirá divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes.

**5.4.** A impugnação não possui efeito suspensivo, assim sendo, o proponente/licitante que interpor a impugnação não estará impedido de participar do certame.

**5.5.** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**5.6.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**6.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a **"DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO", incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA)**, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

**6.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**6.2.1.** Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.2.2.** Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.2.3.** Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.2.4.** Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

**6.2.5.** Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.2.6.** Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.2.7.** Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

**6.2.8.** Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

**6.2.9.** Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021. ( ) Sim, ME ( ) Sim, EPP ( ) Não, outros enquadramentos.

**6.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.4.** O fornecedor classificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar sua condição no campo específico do sistema eletrônico. No entanto, em razão do elevado valor da contratação, este processo não concederá os benefícios previstos para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme vedação estabelecida no Art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**6.5.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**6.6.** A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**6.7.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**6.7.1.** Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.



**6.8.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela contratante ou de sua desconexão.

**6.9.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**6.10.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**6.11.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

**6.12.** A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro Responsável.

**6.13.** Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

**6.14.** A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades legalmente previstas (artigo 90, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021), sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou pela revogação da licitação.

**6.15.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**6.16.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**6.17.** Caso o licitante arrematante do certame não tenha apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será este inabilitado, podendo ser aplicadas as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocado o próximo seguindo a ordem de classificação.

**6.18.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**6.19.** Todas as entregas deverão ocorrer no endereço informado na Ordem de Fornecimento da contratante ou de cada município, órgão ou entidade.

**6.20.** A documentação referente a Habilitação somente será solicitada dos licitantes vencedores após fase de disputa, não havendo necessidade do envio em conjunto ao cadastramento da proposta.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**7.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.1.1.** Preço ofertado;

**7.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

**7.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**7.3.** O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**7.4.** As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

**7.5.** Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pelo pregoeiro.

**7.6.** Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**7.7.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.8.** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal LICITANET e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às do TERMO DE REFERÊNCIA.

**7.9.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**7.10.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.11.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**7.12.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**7.13.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

**7.14.** O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos licitantes ou contratados pode ensejar, após o devido processo legal, a responsabilização junto ao Tribunal de Contas da União, assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei,

nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## **8.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**8.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.4.** Em seguida, iniciará a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.5.** O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.8.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**8.9.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**.

**8.10.** Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**8.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**8.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

**8.21.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**8.22.** Caso a empresa ou melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**8.25.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**8.26.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.27.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**8.28.** A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro. O Pregoeiro poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor (es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.

**8.29.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.30.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

**9.1.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

**9.2.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado em 30 de setembro de 2022.

**9.3.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**9.3.1.** Contiver vícios insanáveis.

**9.3.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

**9.3.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

**9.3.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

**9.3.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**9.4.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco) do valor orçado pela Administração.

**9.5.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**9.5.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

**9.5.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**9.5.3.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**9.6.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

**9.7.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**9.8.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**9.9.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**9.10.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**10.1.** As declarações obrigatórias conforme Lei 14.133/2021, são atestadas pelo licitante no ato de cadastramento da proposta via sistema, não havendo necessidade de envio de declarações em conjunto aos documentos de habilitação.



**10.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira são:

**10.2.1.** Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com as respectivas alterações, se houver, devidamente registrado e arquivado na repartição competente.

**10.2.2.** Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, em atendimento ao subitem anterior, desde que esteja devidamente consolidada às demais alterações.

**10.2.3. OBSERVAÇÃO:** O(s) ramo(s) de atividade(s) constante(s) do Objeto Social (principal e/ou secundárias) deverá(ão) ser compatível(is) com o objeto ora licitado.

**10.2.4.** Documentos pessoais dos sócios administradores.

## **11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**11.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**11.1.1.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**11.2.** O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.

**11.3.** Declaração de que a empresa assume ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar quaisquer municípios pertencentes ao consórcio.

## **12. A HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**12.1.** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**12.2.** Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;

**12.3.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, da sede da licitante;

**12.4.** Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município sede da licitante;

**12.5.** Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

**12.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

**12.7.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, preferencialmente, com número do CNPJ endereço respectivo, observando-se que:

**12.7.1.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

**12.7.2.** Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial.

### **13. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**13.1.** Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor ou distribuidores da sede da pessoa jurídica, dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública inicial da licitação ou dentro do prazo de validade constante do próprio documento.

**13.2.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (nas conformidades do Art. 69, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021), apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir.

**13.3.** Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**13.3.1.** Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 consideradas assim como Sociedades Anônimas ou S/A:

**13.3.2.** Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**13.3.3.** Publicados em Diário Oficial; e

**13.3.4.** Publicados em jornal de grande circulação; ou

**13.3.5.** Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**13.3.6.** Sociedades de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital-SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2019.

**13.3.7.** Sociedade criada no exercício em curso:

**13.3.7.1.** Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

**13.4.** A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de

Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível, "Índice de Liquidez Geral (LG)", "Índice de Solvência Geral (SG)" e "Índice de Liquidez Corrente (LC)", segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

**13.4.1.** Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

#### Legenda:

**AC = Ativo Circulante**

**PC = Passivo Circulante**

**ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo**

**PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo**

**AT = Ativo Total**

**13.5. JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS** – Os índices contábeis indicados neste edital são os mais utilizados nas contratações públicas e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

**13.6.** Declaração assinada por contador atestando os índices acima calculados.

**13.7.** Além das declarações o licitante deve assinar no sistema eletrônico as seguintes **DECLARAÇÕES:**

- a)** Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14º da lei 14.133/21;
- b)** Estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, sob as penas da lei;
- c)** Que não possui no quadro societário, servidor público da ativa, da administração direta ou indireta da contratante e dos municípios filiados, em atendimento à vedação disposta no inciso XII do artigo 18 da Lei Federal nº 12.708/2012, sendo da sua inteira responsabilidade a fiscalização desta vedação.

**13.8.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**13.9.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**13.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**13.11.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**13.12.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**13.13.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**13.14.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**11.15.** As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

**13.16.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**13.17.** Após julgamento da proposta, será aberto o prazo de 2 (duas) horas para os(as) licitantes vencedores(as) para envio dos documentos de Habilitação conforme estabelecido no inciso II, Art. 63 da Lei 14.133/2021.

**13.18.** Quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

**13.19.** Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro Responsável a verificação de documento cuja validade possa ser confirmada via Internet, desde que, na fase de habilitação, a sua

verificação seja possível em sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo. Todavia, ficará sob sua inteira responsabilidade a acessibilidade aos ditos documentos, podendo a impossibilidade de realização da consulta acarretar sua inabilitação.

## **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**14.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**14.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**14.5.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**14.6.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **15. DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** As despesas correrão na dotação orçamentária designada por cada Município.

**15.2.** Os valores estimados de preços por Município participante será de 12 (doze) meses e ou 24 (vinte e quatro) meses, caso o CIMINAS, resolva prorrogar a ATA, nas formas do artigo 84º da lei federal 14.133/2021.

## **16. DOS RECURSOS**

**16.1.** Caso ocorra a inversão de fases, os licitantes poderão apresentar recursos após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas.

**16.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133 de 2021.



**16.3.** Serão abertos prazos de manifestação de intenção de recurso em dois momentos, o primeiro após a fase de disputa, e o segundo após a fase de habilitação, as manifestações da fase de disputa serão analisadas após findo o prazo de manifestação na fase de habilitação conforme Art. 40 da IN 73/2022.

**16.4.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**16.5.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**16.5.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**16.5.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

**16.5.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**16.6.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**16.7.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**16.8.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.9.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**16.10.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**16.11.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**16.12.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.13.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da CIMINAS.

## **17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**17.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa.

**17.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

**17.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**a)** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**b)** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**c)** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**d)** Deixar de apresentar amostra quando solicitado;

**e)** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**f)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**g)** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**h)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**i)** Fraudar a licitação;

**17.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**a)** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**b)** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**c)** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**d)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**e)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**17.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**17.2.1.** Advertência;

**17.2.2.** Multa;

**17.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**17.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**17.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**b)** As peculiaridades do caso concreto;

**c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**d)** Os danos que dela provierem para a administração pública;

**e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**17.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

**17.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**17.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**17.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1. e 17.1.2. e alínea "a", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**17.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas b,c, d, e, f, g, h e i, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**17.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita acima, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**17.13.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**17.14.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**17.15.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento

**17.16.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**17.17.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **18. DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**18.1.** As condições de fornecimento e recebimento do objeto da licitação serão realizadas de acordo com o disposto no **ANEXO I – Termo de Referência**.

## **19. DO PAGAMENTO**

**19.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**19.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**19.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**19.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**19.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**20.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**20.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

**20.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**20.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**20.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**20.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**20.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**20.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, em [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e [ciminas.mg.gov.br/licitacoes](http://ciminas.mg.gov.br/licitacoes).

**20.11.** As adesões são permitidas, desde que haja a anuência do órgão gerenciador/contratante e CONTRATADA.

**20.12.** Os acréscimos ou decréscimos poderão ocorrer dentro do mesmo lote, mantendo-se os preços unitários adjudicados, observadas as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e na legislação vigente, especialmente o disposto no art. 124, inciso I, alínea "b", e art. 125 da Lei nº 14.133/2021, limitados a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**20.13.** A eventual alteração quantitativa não implicará modificação do objeto contratado, tampouco ensejará direito à indenização, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

**20.14.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I - Termo de Referência;**

**ANEXO II – Ata de Registro de Preço;**

**ANEXO III – Minuta Contratual.**

Araxá/MG, 30 de abril de 2026.

MARIA APARECIDA RIOS  
**CIMINAS**



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREÂMBULO**

Em atendimento às solicitações dos Municípios consorciados e do próprio **CIMINAS**, por deliberação do Diretor Executivo do Consórcio Interfederativo de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, e ainda Protocolo e Estatuto inscrita no CNPJ sob o nº 19.493.732/0001-99, integra a administração indireta de todos os entes consorciados, elaboramos o presente Termo de Referência, contendo as informações necessárias para dar subsídio à instauração de procedimento licitatório, **DO TIPO MENOR GLOBAL**, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada em implantação e requalificação de ambientes esportivos e recreativos com peças modulares em atendimento aos municípios demandantes, com fulcro nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, pelo Sistema de Registro de Preços (**SRP**), na observância às disposições constantes nas portarias mencionadas da CIMINAS.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE AMBIENTES ESPORTIVOS E RECREATIVOS COM PEÇAS MODULARES EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DEMANDANTES.**

Conforme exigência legal, o CIMPLA - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Planalto de Araxá realizou pesquisa de preços de mercado junto aos bancos de preços que são disponibilizadas pelos entes federativos e empresas públicas e apurou a estimativa presente na Planilha Orçamentária, para atendimento das cidades que compõem o consórcio. Os valores descritos correspondem a integral e total remuneração que será repassada à empresa contratada a qualquer título, seja de mão de obra, equipamentos, maquinário, veículos e insumos necessários à execução dos serviços conforme este Termo de Referência.

A pesquisa de preços constitui etapa indispensável para a adequada instrução do processo licitatório, conforme prevêm os arts. 6º, XLIX, 23, 46 e 47 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser realizada de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observando-se critérios de economicidade, publicidade e eficiência.

**1. DA CONTRATAÇÃO COMPARTILHADA**

**1.1.** O Consórcio Interfederativo de Minas Gerais, objetivando o atendimento de demanda advinda de seus entes consorciados, torna pública o presente procedimento licitatório, tendo em vista a celeridade na prestação dos serviços pleiteados.

**1.2.** A legislação brasileira que rege as licitações públicas autoriza a realização de licitação compartilhada por consórcio público. O tema já era disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, art. 112, §1º, proveniente de alteração legislativa contida no âmbito da Lei 11.107/2023, que rege os consórcios públicos, e autoriza aos Consórcios Públicos a realização licitação, da qual, nos termos

do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

**1.3.** O Decreto Federal nº 6.017/2007, que regulamenta a Lei nº 11.107/05 e dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, denota que os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes que se consorciam, admitindo-se, entre outros, os seguintes:

**1.3.1.** A gestão associada de serviços públicos;

**1.3.2.** A prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;

**1.3.3.** O compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;

**1.3.4.** A produção de informações ou de estudos técnicos;

**1.3.5.** Além disso, ainda no mesmo decreto explana em seu dispositivo legal:

**Art. 19.** Os consórcios públicos, se constituídos para tal fim, podem realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**1.3.6.** A Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) inova ainda mais ao dispor em seu conteúdo jurídico o seguinte:

**Art. 181.** Os entes federativos instituirão centrais de compras, com o objetivo de realizar compras em grande escala, para atender a diversos órgãos e entidades sob sua competência e atingir as finalidades desta Lei.

**Parágrafo único.** No caso dos Municípios com até 10.000 (dez mil) habitantes, serão preferencialmente constituídos consórcios públicos para a realização das atividades previstas no **caput** deste artigo, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

**1.3.7.** Nesse caso, o consórcio atuará apenas como órgão gerenciador e interessado, com amparo técnico e logístico para os seus consorciados, responsabilizando-se pela condução e gerenciamento dos procedimentos licitatórios.

**1.3.8.** Alcançar este resultado corrobora com o papel desempenhado pelo órgão na busca incessante por melhores práticas nas compras governamentais compartilhadas, com aumento da economia de escala, celeridade e segurança, sempre em observância aos preceitos esculpidos na legislação que envolve a matéria das aquisições públicas coletivas, assunto tão prestigiado na Nova Lei de Licitações que, há muito, parece ser uma realidade para os municípios que integram o CIMINAS.

**1.3.9.** O CIMINAS preza atuar sempre de modo articulado com seus municípios integrantes, gerando credibilidade na gestão de suas compras, assim como conscientizando os consorciados e conveniados a estimarem suas demandas, o mais próximo à realidade de suas localidades, bem como fiscalizando seus contratos, aplicando penalidades se necessário e, sobretudo, zelando pela segurança jurídica em suas aquisições.

**1.3.10.** É necessário ter como primazia às boas práticas públicas, seja nas compras governamentais, onde a Administração Pública deve estabelecer confiança mútua em suas contratações, seja mediante seu papel regulamentador, com uma fiscalização mais atuante e efetiva participação de servidores capacitados para bem exercer suas funções.

**1.3.11.** Por tudo que foi dito, é notória a importância do CIMINAS para os municípios participantes, especialmente, pela articulação de alternativas para as necessidades locais, e, sobretudo, pelas demandas exitosas na área de gestão pública, neste caso especial, na administração geral.

**1.3.12.** Fica assim demonstrado que a economia de escala foi bastante expressiva, não apenas por contribuir com a redução dos gastos públicos, como, também, por favorecer as demandas consorciados e conveniados do CIMINAS.

**1.3.13.** Deste modo, conclui-se que a contratação compartilhada a ser realizada pelo CIMINAS é uma estratégia eficiente e eficaz, pois causa diminuição de custos e maior oferta de produto, gerando segurança na hora da execução daquilo que fora contratado, sendo indispensável para os municípios, pois causa diminuição de custos e maior oferta de produto, gerando segurança na hora da execução daquilo que fora contratado, sendo indispensável para os municípios que formalizarem a intenção de Registro de preço.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A contratação visa atender as demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS é pautada em aspectos legais e econômicos, buscando oferecer uma solução eficiente e integrada para a gestão de compras públicas.

**2.2.** O CIMINAS reúne municípios de uma região que enfrenta desafios logísticos e socioeconômicos específicos, o que torna ainda mais relevante a necessidade de uma abordagem consorciada para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais, como o fornecimento de alimentos, produtos de limpeza e descartáveis para escolas, hospitais e outros órgãos públicos.

**2.3.** Essa abordagem tem vantagens significativas, como a economia de escala, que possibilita a compra de grandes volumes a preços mais competitivos, e a uniformidade de qualidade e atendimento às especificações, já que o consórcio adota critérios padronizados para seleção de fornecedores.

**2.4.** No tocante ao critério de julgamento, salientamos que o "**MENOR PREÇO GLOBAL**", no âmbito do Sistema de Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em implantação e requalificação de ambientes esportivos e recreativos com peças modulares em atendimento aos municípios demandantes.

**2.4.1.** A escolha pelo critério de menor preço global justifica-se em razão da necessidade de assegurar a padronização, compatibilidade técnica e economicidade na execução dos serviços, considerando que os objetos a serem contratados envolvem soluções integradas, compostas por fornecimento de materiais, montagem, instalação e eventual adequação dos espaços.

**2.4.2.** Tal critério permite à Administração selecionar a proposta mais vantajosa sob o ponto de vista econômico, evitando a fragmentação do objeto e possíveis incompatibilidades entre itens fornecidos por diferentes contratadas, o que poderia comprometer a funcionalidade, a segurança e a durabilidade dos ambientes implantados.

**2.4.3.** Ademais, a contratação por preço global favorece o controle e a gestão contratual, proporcionando maior previsibilidade de custos e facilitando a fiscalização da execução, especialmente em um contexto de atendimento a múltiplos municípios com demandas semelhantes.

**2.5.** Tal iniciativa justifica-se pela necessidade de promover a melhoria da infraestrutura urbana destinada à prática de atividades físicas, esportivas e de lazer, contribuindo diretamente para a qualidade de vida da população. A disponibilização de espaços adequados e seguros incentiva a prática esportiva, fortalece o convívio social, promove a inclusão e auxilia na prevenção de problemas de saúde pública.

**2.6.** Além disso, a utilização de sistemas modulares apresenta vantagens técnicas e operacionais, como maior agilidade na implantação, padronização dos equipamentos, facilidade de manutenção e possibilidade de adaptação às diferentes realidades locais, garantindo eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

**2.7.** A prestação de serviços com o fornecimento dos materiais está alinhada ao interesse público e aos princípios da eficiência e economicidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

**2.8.** A adoção do sistema de Registro de Preços:

- ✓ Não obriga a Administração à contratação imediata, permitindo maior planejamento e adequação à real necessidade do Município;
- ✓ Possibilita flexibilidade na quantidade a ser contratada, podendo ser menor, caso a demanda seja reduzida, evitando desperdício de recursos públicos;
- ✓ Permite ampliação da quantidade, de forma fundamentada, em caso de aumento inesperado de demanda assistencial;
- ✓ Facilita gestão orçamentária, permitindo a execução financeira ao longo do período de vigência da Ata;
- ✓ Permite adesão por outros órgãos da Administração Municipal, evitando múltiplas licitações com objetos idênticos;
- ✓ Contribui para maior economicidade, com ganho de escala e seleção da melhor proposta técnica e financeira previamente registrada.

**2.9.** Dessa forma, os municípios consorciados não apenas obtêm condições econômicas favoráveis, mas também consolidam práticas administrativas modernas, transparentes e orientadas ao uso responsável dos recursos públicos.

**2.10.** Frisa-se que na existência de mais de um instrumento vigente para o mesmo item aqui contratado, os municípios consorciados terão a obrigação de efetuar a compra através do

instrumento mais vantajoso, sendo assim, deverá haver um acompanhamento de perto dos valores de cada instrumento e zelar pela compra daquele que seja menos oneroso à Instituição.

**2.11.** Ante a importante e obrigatória observação ao princípio da economicidade, destaca-se que somente serão efetuadas compras por meio da ata derivada da presente contratação quando restar comprovado que a aquisição se faz mais vantajosa do que aquelas oriundas dos que já se encontram vigentes. Na ocorrência de itens que não conste nas atas vigentes serão analisados os valores de mercado. Ademais, a contratação deverá ser precedida de prévia e ampla pesquisa de mercado, de forma a balizar a média de desconto praticada no mercado.

**2.12.** A adoção do Sistema de Registro de Preços no processo de aquisição de bens e serviços pela Administração Pública justifica-se pelas inúmeras vantagens trazidas por tal instituto.

**2.13.** O atendimento à imprevisibilidade das demandas; a agilidade nas aquisições; a transparência; e a possibilidade de maior participação de pequenas e médias empresas, são algumas destas vantagens que, certamente, contribuem para o alcance da Eficiência Administrativa. Sendo então a melhor opção para a aquisição em questão.

**2.14.** Ainda, verifica-se que o edital possibilitará adesões aos itens licitados por Órgãos não participantes do certame. Cumpre esclarecer que em decorrência da natureza jurídica, a permissão de adesões em nossos editais se faz extremamente importante uma vez que essa possibilita a compra de itens que se fizerem necessários e que eles, por algum motivo, ainda não conseguiram licitar.

**2.15.** Sobre a modalidade, o pregão eletrônico, por ser uma modalidade de licitação realizada integralmente pela internet, amplia a competitividade do processo, já que fornecedores de diversas localidades podem participar, aumentando as chances de obtenção de um desconto significativo sobre o valor de referência.

**2.16.** A modalidade também assegura uma maior transparência e reduz o risco de fraudes, uma vez que o sistema eletrônico registra todas as etapas do processo e permite o acompanhamento em tempo real pelos órgãos de controle e pela sociedade. Assim, a combinação do pregão eletrônico com o critério de menor preço global, portanto, maximiza as chances de alcançar a vantajosidade, ou seja, obter o melhor custo-benefício para a administração pública.

**2.17.** Outro benefício importante dessa abordagem é a conformidade com os princípios da vantajosidade e do planejamento, uma vez que o consórcio pode prever com maior precisão a quantia necessária para suprir as demandas em diferentes setores dos municípios consorciados.

**2.18.** Por todo exposto, a contratação pelo CIMINAS abrange não apenas a conformidade com as normas de contratação pública, mas também o fortalecimento de uma gestão pública mais integrada e colaborativa, que promove o desenvolvimento local e assegura a aquisição para atender às necessidades de serviços essenciais, com eficiência e responsabilidade social.

### 3. RELAÇÃO DO LOTE ÚNICO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN.	COD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Fornecimento e instalação de piso modular esportivo em polipropileno de alta resistência, destinado a ambientes internos e cobertos, para a prática de atividades físicas, esportivas e	13.056,00	METRO QUADRADO	25432	R\$ 522,2400	R\$ 6.818.365,44



	recreativas em ginásios ou áreas poliesportivas. o sistema deve ser composto por placas rígidas de encaixe, com acabamento superficial que garanta a segurança e o desempenho dos usuários, assegurando a absorção de impacto e a durabilidade necessárias ao uso intensivo. a execução deverá contemplar a entrega integral dos materiais e a montagem completa no local indicado, respeitando os padrões técnicos de alinhamento e nivelamento, de forma a atender plenamente à finalidade de uso prevista no projeto: fornecimento e instalação de piso modular esportivo em polipropileno de alta resistência, destinado a ambientes internos e cobertos, para a prática de atividades físicas, esportivas e recreativas em ginásios ou áreas poliesportivas. o sistema deve ser composto por placas rígidas de encaixe, com acabamento superficial que garanta a segurança e o desempenho dos usuários, assegurando a absorção de impacto e a durabilidade necessárias ao uso intensivo. a execução deverá contemplar a entrega integral dos materiais e a montagem completa no local indicado, respeitando os padrões técnicos de alinhamento e nivelamento, de forma a atender plenamente à finalidade de uso prevista no projeto.					
2	Fornecimento e instalação de piso modular em polipropileno alta resistência, destinado a áreas de uso comum e recreativo. o item compreende a entrega integral dos materiais e a mão de obra especializada para montagem, assegurando a plena funcionalidade, estabilidade e segurança operacional do sistema, de acordo com as normas técnicas vigentes e padrões de desempenho exigidos: fornecimento e instalação de piso modular em polipropileno alta resistência, destinado a áreas de uso comum e recreativo. o item compreende a entrega integral dos materiais e a mão de obra especializada para montagem, assegurando a plena funcionalidade, estabilidade e segurança operacional do sistema, de acordo com as normas técnicas vigentes e padrões de desempenho exigidos.	60.000,00	METRO QUADRADO	25433	R\$ 334,5000	R\$ 20.070.000,00
3	Fornecimento e instalação de piso modular em polipropileno alta resistência, destinado a áreas de uso comum e recreativo. o item compreende a entrega integral dos materiais e a mão de obra especializada para montagem, assegurando a plena funcionalidade, estabilidade e segurança operacional do sistema, de acordo com as normas técnicas vigentes e padrões de desempenho exigidos: fornecimento e instalação de piso modular em polipropileno alta resistência, destinado a áreas de uso comum e recreativo. o item compreende a entrega integral dos materiais e a mão de obra especializada para montagem, assegurando a plena funcionalidade, estabilidade e segurança operacional do sistema, de acordo com as normas técnicas vigentes e padrões de desempenho exigidos.	58.000,00	METRO QUADRADO	25434	R\$ 506,2900	R\$ 29.364.820,00
4	Fornecimento e instalação de piso esportivo em polipropileno de alta resistência e performance, destinado a quadras poliesportivas com ênfase em prática de basquetebol. o item compreende a entrega integral dos materiais e a mão de obra especializada para montagem, assegurando o pleno atendimento às finalidades de uso, estabilidade estrutural e segurança dos usuários, em estrita observância às especificações técnicas e aos padrões de desempenho exigidos: fornecimento e instalação de piso esportivo em polipropileno de alta resistência e	10.000,00	METRO QUADRADO	25435	R\$ 561,0000	R\$ 5.610.000,00

	performance, destinado a quadras poliesportivas com ênfase em prática de basquetebol. o item compreende a entrega integral dos materiais e a mão de obra especializada para montagem, assegurando o pleno atendimento às finalidades de uso, estabilidade estrutural e segurança dos usuários, em estrita observância às especificações técnicas e aos padrões de desempenho exigidos.					
5	Fornecimento e instalação de revestimento em piso emborrachado antiderrapante, incluindo mão de obra qualificada e materiais necessários. o produto deverá ser entregue devidamente assentado, garantindo o perfeito acabamento, a estanqueidade e o atendimento integral às normas técnicas de segurança e desempenho vigentes, visando a proteção e o conforto dos usuários no ambiente destinado: fornecimento e instalação de revestimento em piso emborrachado antiderrapante, incluindo mão de obra qualificada e materiais necessários. o produto deverá ser entregue devidamente assentado, garantindo o perfeito acabamento, a estanqueidade e o atendimento integral às normas técnicas de segurança e desempenho vigentes, visando a proteção e o conforto dos usuários no ambiente destinado.	10.000,00	METRO QUADRADO	25436	R\$ 316,8400	R\$ 3.168.400,00
6	Execução de camada contínua em argamassa cimentícia aditivada com microfibras sintéticas, destinada à recuperação e ao nivelamento de superfícies com espessura de até 5,0 cm. o serviço compreende o preparo da base, aplicação e acabamento final liso, assegurando a correta planicidade e as declividades necessárias para o escoamento de fluidos, conforme as especificações dos projetos e normas técnicas vigentes: execução de camada contínua em argamassa cimentícia aditivada com microfibras sintéticas, destinada à recuperação e ao nivelamento de superfícies com espessura de até 5,0 cm. o serviço compreende o preparo da base, aplicação e acabamento final liso, assegurando a correta planicidade e as declividades necessárias para o escoamento de fluidos, conforme as especificações dos projetos e normas técnicas vigentes.	24.480,00	METRO QUADRADO	25437	R\$ 180,2700	R\$ 4.413.009,60
7	Manutenção preventiva - reaperto, inspeção de segurança e levantamento de necessidades. Consiste na execução de um conjunto de atividades planejadas e sistemáticas, com o objetivo de reduzir a probabilidade de falhas e a degradação dos equipamentos e estruturas que compõem os ambientes esportivos e recreativos. Inclui: inspeção visual e funcional dos componentes dos equipamentos; reaperto sistemático de parafusos, porcas, fixadores e demais elementos de união; lubrificação de partes móveis, como rolamentos e articulações, conforme especificação do fabricante; verificação de desgastes em correntes, cordas, assentos, pisos e outras superfícies; elaboração de relatório técnico após cada visita, apontando as atividades executadas, as condições dos equipamentos e o levantamento fundamentado de peças que necessitem de substituição (manutenção corretiva).	228,00	SERVIÇO	25438	R\$ 537,9400	R\$ 122.650,32
8	Manutenção corretiva para substituição de peças. Compreende a intervenção a ser realizada após a constatação de uma falha, dano ou quebra em qualquer componente dos equipamentos. Este serviço será executado mediante demanda, a partir de solicitação formal da Administração, baseada nos relatórios da manutenção preventiva ou em vistorias próprias. Inclui: substituição de peças danificadas, desgastadas ou ausentes, que	228,00	SERVIÇO	25439	R\$ 701,1700	R\$ 159.866,76

	estejam contempladas na Ata de Registro de Preços. As peças devem ser compatíveis e manter o padrão de qualidade e segurança do equipamento original; mão de obra especializada para a desmontagem do componente defeituoso e a instalação da nova peça, seguindo as recomendações do fabricante e as normas técnicas pertinentes; realização de testes funcionais após a substituição, para assegurar que o equipamento opera corretamente e de forma segura; descarte ambientalmente adequado dos materiais e peças substituídas, em conformidade com a legislação ambiental vigente.					
9	Montagem de peças. Refere-se ao serviço de instalação e montagem de peças novas, para a implantação de um novo equipamento, garantindo a correta fixação, estabilidade e segurança do conjunto. Inclui: montagem completa de peças e componentes adquiridos, seguindo rigorosamente os manuais de instalação do fabricante, os desenhos técnicos e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis a espaços recreativos; utilização de ferramentas e equipamentos adequados para não danificar as peças e garantir a correta aplicação do torque em parafusos e fixadores; inspeção final de segurança após a montagem, com a verificação de todos os encaixes, fixações e da estabilidade do equipamento, liberando-o para uso somente após a confirmação de que atende a todos os requisitos de segurança.	228,00	SERVIÇO	25440	R\$ 2.041,2400	R\$ 465.402,72
10	Tobogã composto por: duas curvas com ângulo de 90º e diâmetro de 750 mm, em polietileno rotomoldado, cor colorido; um painel com medida externa de 940 x 1020 mm, com furo central de 750 mm, em polietileno rotomoldado, cor colorido; uma seção de saída com diâmetro interno de 750 mm, parede dupla, em polietileno rotomoldado, cor colorido, fixada ao solo. Fixação em torre por painéis rotomoldados, parede dupla, com medida de 1060 x 980 mm. Todos os elementos de fixação zincados e escondidos por tampinhas plásticas.	228,00	UNIDADE	25441	R\$ 7.822,5400	R\$ 1.783.539,12
11	Tobogã composto por: duas curvas de 45º, em polietileno rotomoldado, cor colorido; um tubo reto de 500 mm, metade transparente, em material resistente, medindo 2700 mm de comprimento e 750 mm de diâmetro. Fixação em torre por painéis rotomoldados, parede dupla, com medida de 1060 x 980 mm. Todos os elementos de fixação zincados e escondidos por tampinhas plásticas.	228,00	UNIDADE	25442	R\$ 7.435,1000	R\$ 1.695.202,80
12	Passarela reta composta por: estrutura em aço estrutural com revestimento em zinco e pintura epóxi eletroestática, com medida de 1500 x 830 x 840 mm; assoalho em madeira plástica; guarda corpos fabricados com polímero de baixa densidade, com uma cobertura de UV. Todos os elementos de fixação zincados e escondidos por tampinhas plásticas.	228,00	UNIDADE	25443	R\$ 4.230,6500	R\$ 964.588,20
13	Passarela negativa composta por: estrutura em forma côncava, em aço estrutural com revestimento em zinco e pintura epóxi eletroestática, com medida de 1500 x 830 x 840 mm; assoalho em madeira plástica; guarda corpos fabricados com polímero de baixa densidade, com uma cobertura de UV. Todos os elementos de fixação zincados e escondidos por tampinhas plásticas.	228,00	UNIDADE	25444	R\$ 4.798,0500	R\$ 1.093.955,40
14	Rampa de cordas para playground: rampa de cordas composta por: estrutura em aço tubular galvanizado, com medidas de	228,00	UNIDADE	25445	R\$ 2.690,5300	R\$ 613.440,84

	1570 x 800 mm, diâmetro de 42,40 mm e parede de 2 mm de espessura (permitido tolerância de +/- 5%); ângulo de inclinação de 40°; acabamento em pintura eletrostática, em cores variadas, com terminações arredondadas e isentas de ângulos retos; corda em poliéster (pet) com diâmetro de 16 mm e fixadores em polietileno injetado. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: rampa de cordas para playground: rampa de cordas composta por: estrutura em aço tubular galvanizado, com medidas de 1570 x 800 mm, diâmetro de 42,40 mm e parede de 2 mm de espessura (permitido tolerância de +/- 5%); ângulo de inclinação de 40°; acabamento em pintura eletrostática, em cores variadas, com terminações arredondadas e isentas de ângulos retos; corda em poliéster (pet) com diâmetro de 16 mm e fixadores em polietileno injetado. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.					
15	Rampa de cordas composta por: estrutura em aço tubular galvanizado, com medidas de 1260 x 800 mm, diâmetro de 42,40 mm e parede de 2 mm de espessura (permitido tolerância de +/- 5%); ângulo de inclinação de 40°; pintura eletrostática em cores variadas, com acabamento arredondado e ausência de ângulos retos; corda em poliéster (pet) com diâmetro de 16 mm e fixadores em polietileno injetado. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas: rampa de cordas composta por: estrutura em aço tubular galvanizado, com medidas de 1260 x 800 mm, diâmetro de 42,40 mm e parede de 2 mm de espessura (permitido tolerância de +/- 5%); ângulo de inclinação de 40°; pintura eletrostática em cores variadas, com acabamento arredondado e ausência de ângulos retos; corda em poliéster (pet) com diâmetro de 16 mm e fixadores em polietileno injetado. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas.	228,00	UNIDADE	25446	R\$ 2.241,7700	R\$ 511.123,56
16	Rampa de cordas: rampa de cordas composta por: estrutura em aço tubular galvanizado, com medidas de 1570 x 800 mm, diâmetro de 42,40 mm e parede de 2 mm de espessura (permitido tolerância de +/- 5%); ângulo de inclinação de 40°; pintura eletrostática, acabamento colorido, sem ângulos retos; corda em pet, com diâmetro de 16 mm (permitido tolerância de +/- 5%), com fixador em polietileno injetado. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas: rampa de cordas: rampa de cordas composta por: estrutura em aço tubular galvanizado, com medidas de 1570 x 800 mm, diâmetro de 42,40 mm e parede de 2 mm de espessura (permitido tolerância de +/- 5%); ângulo de inclinação de 40°; pintura eletrostática, acabamento colorido, sem ângulos retos; corda em pet, com diâmetro de 16 mm (permitido tolerância de +/- 5%), com fixador em polietileno injetado. Todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas.	228,00	UNIDADE	25447	R\$ 2.034,8000	R\$ 463.934,40
17	Cobertura em pirâmide: telhado composto por: cobertura em formato de pirâmide quadrangular, com dimensões de 1300 x 1300 x 650 mm (permitido tolerância de +/- 5%). fabricado em polietileno pelo processo de rotomoldagem, parede simples, em cores vivas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: cobertura em pirâmide: telhado composto por: cobertura em formato de pirâmide quadrangular, com dimensões de 1300 x 1300 x 650 mm (permitido tolerância de +/- 5%). fabricado em polietileno pelo processo de rotomoldagem, parede simples, em cores vivas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.	550,00	UNIDADE	25448	R\$ 1.412,9000	R\$ 777.095,00
18	Cobertura em polietileno: telhado composto por: cobertura em formato arredondado, com diâmetro de 1591 mm e altura de 695 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricado em	550,00	UNIDADE	25449	R\$ 2.593,0500	R\$ 1.426.177,50

	polietileno pelo processo de rotomoldagem, possuindo parede dupla e pigmentação colorida. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: cobertura em polietileno: telhado composto por: cobertura em formato arredondado, com diâmetro de 1591 mm e altura de 695 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricado em polietileno pelo processo de rotomoldagem, possuindo parede dupla e pigmentação colorida. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.					
19	Cobertura sextavada: cobertura para torre em formato sextavado, com medida mínima de 1730 mm entre as bordas paralelas (permitido tolerância de +/- 5%), fabricada em polietileno pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e pigmentação em cores vivas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: cobertura sextavada: cobertura para torre em formato sextavado, com medida mínima de 1730 mm entre as bordas paralelas (permitido tolerância de +/- 5%), fabricada em polietileno pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e pigmentação em cores vivas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.	550,00	UNIDADE	25450	R\$ 4.097,0800	R\$ 2.253.394,00
20	Coluna composta por: estrutura em polímero reciclado, com dimensões de 110 x 110 x 2500 mm (permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, visando a segurança e a inexistência de partes cortantes ou expostas: coluna composta por: estrutura em polímero reciclado, com dimensões de 110 x 110 x 2500 mm (permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, visando a segurança e a inexistência de partes cortantes ou expostas.	800,00	UNIDADE	25451	R\$ 505,6000	R\$ 404.480,00
21	Coluna estrutural: coluna composta por: estrutura em polímero reciclado, com medidas mínimas de 110 x 110 x 2800mm (permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento para garantir a segurança dos usuários: coluna estrutural: coluna composta por: estrutura em polímero reciclado, com medidas mínimas de 110 x 110 x 2800mm (permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento para garantir a segurança dos usuários.	800,00	UNIDADE	25452	R\$ 558,9000	R\$ 447.120,00
22	Coluna composta por: estrutura em polímero reciclado de alta resistência, com dimensões de 110 x 110 x 3000 mm (permitido tolerância de +/-5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, visando a segurança dos usuários e a prevenção de acidentes: coluna composta por: estrutura em polímero reciclado de alta resistência, com dimensões de 110 x 110 x 3000 mm (permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, visando a segurança dos usuários e a prevenção de acidentes.	800,00	UNIDADE	25453	R\$ 604,7300	R\$ 483.784,00
23	Coluna de sustentação: coluna composta por: estrutura em polímero reciclado, com dimensões de 110 x 110 x 3150 mm.	800,00	UNIDADE	25454	R\$ 640,0300	R\$ 512.024,00



	(permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, visando a segurança dos usuários e a prevenção de acidentes: coluna de sustentação: coluna composta por: estrutura em polímero reciclado, com dimensões de 110 x 110 x 3150 mm. (permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, visando a segurança dos usuários e a prevenção de acidentes					
24	Coluna em polímero: coluna composta por: estrutura em polímero reciclado, com dimensões de 110 x 110 x 3500 mm (permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, visando a segurança dos usuários e a prevenção de acidentes: coluna em polímero: coluna composta por: estrutura em polímero reciclado, com dimensões de 110 x 110 x 3500 mm (permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, visando a segurança dos usuários e a prevenção de acidentes.	800,00	UNIDADE	25455	R\$ 710,8700	R\$ 568.696,00
25	Escorregador em polietileno: escorregador composto por: estrutura ondulada com dimensões aproximadas de 2350 x 540 mm e seção de deslizamento com largura mínima de 460 mm (permitido tolerância de +/- 5%); fabricado em polietileno de alta densidade pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e pigmentação em cores variadas; acompanha portal de segurança também em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a ausência de arestas expostas: escorregador em polietileno: escorregador composto por: estrutura ondulada com dimensões aproximadas de 2350 x 540 mm e seção de deslizamento com largura mínima de 460 mm (permitido tolerância de +/- 5%); fabricado em polietileno de alta densidade pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e pigmentação em cores variadas; acompanha portal de segurança também em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a ausência de arestas expostas	228,00	UNIDADE	25456	R\$ 3.494,3100	R\$ 796.702,68
26	Escorregador em polietileno: escorregador composto por: estrutura ondulada com dimensões aproximadas de 2730 x 540 mm (permitido tolerância de +/- 5%); seção de deslizamento com largura mínima de 390 mm (permitido tolerância de +/- 5%); fabricado em polietileno rotomoldado de dupla camada (parede dupla), com aditivos uv e acabamento em cores variadas; inclui portal de segurança também em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a ausência de arestas expostas: escorregador em polietileno: escorregador composto por: estrutura ondulada com dimensões aproximadas de 2730 x 540 mm (permitido tolerância de +/- 5%); seção de deslizamento com largura mínima de 390 mm (permitido tolerância de +/- 5%); fabricado em polietileno rotomoldado de dupla camada (parede dupla), com aditivos uv e acabamento em cores variadas; inclui portal de segurança	228,00	UNIDADE	25457	R\$ 3.934,6900	R\$ 897.109,32

	também em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a ausência de arestas expostas.					
27	Escorregador em polietileno: escorregador composto por: seção de deslizamento reta em polietileno com proteção uv, fabricado pelo processo de rotomoldagem com parede dupla, medindo aproximadamente 2350 x 540 mm e largura útil de deslizamento de 460 mm (permitido tolerância de +/- 5%); portal de segurança integrado em polietileno rotomoldado em cores vivas. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a ausência de arestas expostas: escorregador em polietileno: escorregador composto por: seção de deslizamento reta em polietileno com proteção uv, fabricado pelo processo de rotomoldagem com parede dupla, medindo aproximadamente 2350 x 540 mm e largura útil de deslizamento de 460 mm (permitido tolerância de +/- 5%); portal de segurança integrado em polietileno rotomoldado em cores vivas. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a ausência de arestas expostas.	228,00	UNIDADE	25458	R\$ 4.004,9500	R\$ 913.128,60
28	Tubo em "t" com painéis: tubo estruturante em formato "t", com extensão de 1600 mm e diâmetro interno de 750 mm (permitido tolerância de +/-5%), fabricado em polietileno pelo processo de rotomoldagem, em cores variadas; sistema de fixação composto por dois painéis com dimensões externas de 940 x 1020 mm e abertura central de 750 mm (permitido tolerância de +/-5%), também em polietileno rotomoldado colorido. todos os componentes de montagem e fixação devem ser zincados e possuir acabamento protegido por tampas plásticas: tubo em "t" com painéis: tubo estruturante em formato "t", com extensão de 1600 mm e diâmetro interno de 750 mm (permitido tolerância de +/-5%), fabricado em polietileno pelo processo de rotomoldagem, em cores variadas; sistema de fixação composto por dois painéis com dimensões externas de 940 x 1020 mm e abertura central de 750 mm (permitido tolerância de +/-5%), também em polietileno rotomoldado colorido. todos os componentes de montagem e fixação devem ser zincados e possuir acabamento protegido por tampas plásticas.	228,00	UNIDADE	25459	R\$ 7.082,0900	R\$ 1.614.716,52
29	Rampa de escalada: rampa de escalada composta por: estrutura com medidas mínimas de 1000 x 690 mm (permitido tolerância de +/- 5%), contendo no mínimo quatro degraus, fabricada em polietileno pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e cores variadas; portal de segurança integrado em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a segurança dos usuários: rampa de escalada: rampa de escalada composta por: estrutura com medidas mínimas de 1000 x 690 mm (permitido tolerância de +/- 5%), contendo no mínimo quatro degraus, fabricada em polietileno pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e cores variadas; portal de segurança integrado em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a	228,00	UNIDADE	25460	R\$ 2.001,1600	R\$ 456.264,48

	segurança dos usuários.					
30	Tubo de passagem: tubo composto por: estrutura reta com comprimento de 1600 mm e diâmetro interno de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricado em polietileno rotomoldado com aditivos UV, em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: tubo de passagem: tubo composto por: estrutura reta com comprimento de 1600 mm e diâmetro interno de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricado em polietileno rotomoldado com aditivos uv, em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25461	R\$ 4.221,7200	R\$ 962.552,16
31	Tubo composto por: estrutura reta com comprimento de 2000 mm e diâmetro interno de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%); fabricado em polietileno pelo processo de rotomoldagem, em cores vivas; acabamento isento de rebarbas ou arestas cortantes. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a segurança dos usuários: tubo composto por: estrutura reta com comprimento de 2000 mm e diâmetro interno de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%); fabricado em polietileno pelo processo de rotomoldagem, em cores vivas; acabamento isento de rebarbas ou arestas cortantes. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a segurança dos usuários.	228,00	UNIDADE	25462	R\$ 4.874,5300	R\$ 1.111.392,84
32	Tubo de passagem em polietileno: tubo composto por: estrutura com desnível de 400 mm, comprimento de 1600 mm e diâmetro interno de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricado em polietileno rotomoldado com proteção UV, em cores vivas; dois painéis de acabamento com medida externa de 940 x 1020 mm e orifício central de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%), também em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: tubo de passagem em polietileno: tubo composto por: estrutura com desnível de 400 mm, comprimento de 1600 mm e diâmetro interno de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricado em polietileno rotomoldado com proteção uv, em cores vivas; dois painéis de acabamento com medida externa de 940 x 1020 mm e orifício central de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%), também em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25463	R\$ 3.984,1900	R\$ 3.984,1900
33	Escada em polietileno com corrimão: escada composta por: estrutura com 05 (cinco) degraus, com medidas aproximadas de 1200 x 600 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricada em polietileno rotomoldado de parede dupla, em cores variadas; corrimão em aço tubular galvanizado com pintura eletrostática, apresentando diâmetro de 25,40 mm e espessura mínima de 1,95 mm (permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento: escada em polietileno com corrimão: escada composta por: estrutura com 05 (cinco) degraus, com medidas aproximadas de 1200 x 600 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricada em polietileno rotomoldado de parede dupla, em cores variadas; corrimão em	228,00	UNIDADE	25464	R\$ 3.310,2800	R\$ 754.743,84

	<p> aço tubular galvanizado com pintura eletrostática, apresentando diâmetro de 25,40 mm e espessura mínima de 1,95 mm (permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento.</p>					
34	<p>Escada em polietileno com corrimão: escada composta por: estrutura com 06 (seis) degraus, com medidas aproximadas de 1200 x 600 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricada em polietileno pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e cores variadas; corrimão em aço tubular galvanizado, com acabamento em pintura eletrostática, apresentando diâmetro de 25,40 mm e espessura de 1,95 mm. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento: escada em polietileno com corrimão: escada composta por: estrutura com 06 (seis) degraus, com medidas aproximadas de 1200 x 600 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricada em polietileno pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e cores variadas; corrimão em aço tubular galvanizado, com acabamento em pintura eletrostática, apresentando diâmetro de 25,40 mm e espessura de 1,95 mm. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento.</p>	228,00	UNIDADE	25465	R\$ 3.727,4000	R\$ 849.847,20
35	<p>Escalada vertical (tipo cano de bombeiro): escalada composta por: estrutura vertical em formato de "cano de bombeiro", confeccionada em aço tubular; coluna principal com diâmetro de 31,75 mm e quatro pares de degraus com diâmetro de 25,40 mm (permitido tolerância de +/-5%); estrutura dimensionada para fixação em patamar com altura de 1400 mm (permitido tolerância de +/- 5%); pega-mão em aço tubular com diâmetro de 25,40 mm (permitido tolerância de +/- 5%). todo o conjunto deve receber tratamento galvanizado e pintura eletrostática em cores vivas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento: escalada vertical (tipo cano de bombeiro): escalada composta por: estrutura vertical em formato de "cano de bombeiro", confeccionada em aço tubular; coluna principal com diâmetro de 31,75 mm e quatro pares de degraus com diâmetro de 25,40 mm (permitido tolerância de +/- 5%); estrutura dimensionada para fixação em patamar com altura de 1400 mm (permitido tolerância de +/-5%); pega-mão em aço tubular com diâmetro de 25,40 mm (permitido tolerância de +/- 5%). todo o conjunto deve receber tratamento galvanizado e pintura eletrostática em cores vivas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento.</p>	228,00	UNIDADE	25466	R\$ 1.996,4300	R\$ 455.186,04
36	<p>Elemento decorativo tipo coqueiro: estrutura decorativa composta por 08 (oito) folhas com diâmetro total de 1300 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricadas em polietileno rotomoldado de alta resistência, em cores variadas; incluindo acabamento de coluna também em polietileno rotomoldado colorido. todos os elementos de fixação utilizados devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a segurança e durabilidade do equipamento: elemento decorativo tipo coqueiro: estrutura decorativa composta por 08 (oito) folhas com diâmetro total de 1300 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricadas em</p>	228,00	UNIDADE	25467	R\$ 1.134,7800	R\$ 258.729,84

	polietileno rotomoldado de alta resistência, em cores variadas; incluindo acabamento de coluna também em polietileno rotomoldado colorido. todos os elementos de fixação.					
37	Escada metálica curva: escada composta por: estrutura curva com sete degraus em formato semicircular côncavo e convexo, com medidas aproximadas de 2400 x 560 mm e diâmetro de 31,75 mm (permitido tolerância de +/- 5%); fabricada em aço tubular galvanizado com parede compatível à resistência mecânica exigida; acabamento em pintura eletrostática a pó em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento para garantir a segurança e durabilidade do equipamento: escada metálica curva: escada composta por: estrutura curva com sete degraus em formato semicircular côncavo e convexo, com medidas aproximadas de 2400 x 560 mm e diâmetro de 31,75 mm (permitido tolerância de +/- 5%); fabricada em aço tubular galvanizado com parede compatível à resistência mecânica exigida; acabamento em pintura eletrostática a pó em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento para garantir a segurança e durabilidade do equipamento.	228,00	UNIDADE	25468	R\$ 3.290,7600	R\$ 750.293,28
38	Jogo da velha em polietileno: kit de jogo da velha composto por: nove cilindros em polietileno rotomoldado de alta resistência, em cores variadas, com baixo relevo ou desenhos internos representando as figuras "x" e "o", com diâmetro aproximado de 165 mm e altura de 210 mm (permitido tolerância de +/- 5%); estrutura de suporte com hastes superior e inferior em aço galvanizado, com acabamento em pintura eletrostática e extensão de 820 mm. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, sem arestas expostas: jogo da velha em polietileno: kit de jogo da velha composto por: nove cilindros em polietileno rotomoldado de alta resistência, em cores variadas, com baixo relevo ou desenhos internos representando as figuras "x" e "o", com diâmetro aproximado de 165 mm e altura de 210 mm (permitido tolerância de +/- 5%); estrutura de suporte com hastes superior e inferior em aço galvanizado, com acabamento em pintura eletrostática e extensão de 820 mm. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, sem arestas expostas.	228,00	UNIDADE	25469	R\$ 1.371,9800	R\$ 312.811,44
39	Guarda-corpo em polietileno: guarda-corpo composto por: estrutura com medidas mínimas de 870 x 770 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricado em polietileno de alta densidade pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e acabamento em cores vivas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento: guarda-corpo em polietileno: guarda-corpo composto por: estrutura com medidas mínimas de 870 x 770 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricado em polietileno de alta densidade pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e acabamento em cores vivas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25470	R\$ 763,0500	R\$ 173.975,40
40	Guarda-corpo com claraboia: guarda-corpo composto por:	228,00	UNIDADE	25471	R\$ 2.607,4600	R\$ 594.500,88



	estrutura com medidas aproximadas de 870 x 770 mm (permitido tolerância de +/- 5%), dotado de claraboia central; fabricado em polietileno pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e acabamento colorido. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: guarda-corpo com claraboia: guarda-corpo composto por: estrutura com medidas aproximadas de 870 x 770 mm (permitido tolerância de +/- 5%), dotado de claraboia central; fabricado em polietileno pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e acabamento colorido. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.					
41	Conjunto de pega-mão: conjunto de pega-mão composto por: estrutura em aço tubular com diâmetro de 25,40 mm, galvanizado, com acabamento em pintura eletrostática colorida. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento: conjunto de pega-mão: conjunto de pega-mão composto por: estrutura em aço tubular com diâmetro de 25,40 mm, galvanizado, com acabamento em pintura eletrostática colorida. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	45472	R\$ 359,7400	R\$ 82.020,72
42	Escorregador duplo: escorregador composto por: estrutura dupla com medidas aproximadas de 2600 x 900 mm, contendo duas seções de deslizamento com largura mínima de 390 mm cada (permitido tolerância de +/- 5%), fabricado em polietileno rotomoldado com proteção uv, em cores vivas; deverá conter barra transversal de segurança na entrada do brinquedo, também em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a inexistência de partes cortantes ou expostas: escorregador duplo: escorregador composto por: estrutura dupla com medidas aproximadas de 2600 x 900 mm, contendo duas seções de deslizamento com largura mínima de 390 mm cada (permitido tolerância de +/- 5%), fabricado em polietileno rotomoldado com proteção uv, em cores vivas; deverá conter barra transversal de segurança na entrada do brinquedo, também em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a inexistência de partes cortantes ou expostas.	228,00	UNIDADE	25473	R\$ 4.924,7700	R\$ 1.122.847,56
43	Elemento decorativo flor: estrutura decorativa em formato de flor, composta por 08 (oito) folhas com diâmetro total de 900 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricada em polietileno rotomoldado de alta resistência, em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento: elemento decorativo flor: estrutura decorativa em formato de flor, composta por 08 (oito) folhas com diâmetro total de 900 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricada em polietileno rotomoldado de alta resistência, em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25474	R\$ 1.093,8400	R\$ 249.395,52
44	Escalada em discos: escalada composta por: estrutura em formato de disco, em aço tubular galvanizado, com diâmetro de	228,00	UNIDADE	25475	R\$ 2.962,7300	R\$ 675.502,44

	42,4 mm e altura de 2800 mm (permitido tolerância de +/- 5%); quatro discos em polietileno rotomoldado com parede dupla; fixação em patamar com altura de 1400 mm; pega-mão confeccionado em aço tubular com diâmetro de 25,40 mm, galvanizado e com pintura eletrostática colorida. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: escada em discos: escada composta por: estrutura em formato de disco, em aço tubular galvanizado, com diâmetro de 42,4 mm e altura de 2800 mm (permitido tolerância de +/- 5%); quatro discos em polietileno rotomoldado com parede dupla; fixação em patamar com altura de 1400 mm; pega-mão confeccionado em aço tubular com diâmetro de 25,40 mm, galvanizado e com pintura eletrostática colorida. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.					
45	Tubo de recreação em polietileno: tubo composto por: estrutura reta com comprimento de 1000 mm e diâmetro interno de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricado em polietileno rotomoldado com proteção uv, em cores vivas; dois painéis de fixação com medidas externas de 940 x 1020 mm e abertura central de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%), também em polietileno rotomoldado. todo o conjunto deve apresentar acabamento arredondado, com elementos de fixação zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: tubo de recreação em polietileno: tubo composto por: estrutura reta com comprimento de 1000 mm e diâmetro interno de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricado em polietileno rotomoldado com proteção uv, em cores vivas; dois painéis de fixação com medidas externas de 940 x 1020 mm e abertura central de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%), também em polietileno rotomoldado. todo o conjunto deve apresentar acabamento arredondado, com elementos de fixação zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25476	R\$ 3.744,6000	R\$ 853.768,80
46	Rampa de escada: rampa de escada composta por: estrutura com medidas mínimas de 1600 x 690 mm (permitido tolerância de +/- 5%), contendo no mínimo seis degraus, fabricada em polietileno rotomoldado com parede dupla, em cores variadas; portal de segurança integrado em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, sem exposição de partes cortantes ou pontiagudas: rampa de escada: rampa de escada composta por: estrutura com medidas mínimas de 1600 x 690 mm (permitido tolerância de +/- 5%), contendo no mínimo seis degraus, fabricada em polietileno rotomoldado com parede dupla, em cores variadas; portal de segurança integrado em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação e montagem devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, sem exposição de partes cortantes ou pontiagudas.	228,00	UNIDADE	25477	R\$ 2.947,8000	R\$ 672.098,40
47	Tubo curvo em polietileno: tubo composto por: estrutura curva de 90° com diâmetro interno de 750 mm, confeccionado em polietileno rotomoldado com aditivo ANTI-UV; dois painéis de fixação com medidas externas de 940 x 1020 mm e orifício central de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%), também em polietileno rotomoldado. acabamento em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos	228,00	UNIDADE	25478	R\$ 4.334,2300	R\$ 988.204,44

	por tampas plásticas de acabamento: tubo curvo em polietileno: tubo composto por: estrutura curva de 90° com diâmetro interno de 750 mm, confeccionado em polietileno rotomoldado com aditivo ANTI-UV, dois painéis de fixação com medidas externas de 940 x 1020 mm e orifício central de 750 mm (permitido tolerância de +/- 5%), também em polietileno rotomoldado. acabamento em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.					
48	Rampa de acesso (pne): rampa de acesso para pessoas com necessidades especiais (pne) destinada a equipamentos de recreação, composta por: estrutura em aço galvanizado com dimensões mínimas de 3000 x 930 mm, diâmetro mínimo de 31,75 mm e espessura de parede de 2 mm (permitido tolerância de +/- 5%); estrutura de reforço composta por duas barras verticais com diâmetro mínimo de 9,525 mm (permitido tolerância de +/- 5%); assoalho em madeira plástica de alta resistência. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a inexistência de partes cortantes ou expostas: rampa de acesso (pne): rampa de acesso para pessoas com necessidades especiais (pne) destinada a equipamentos de recreação, composta por: estrutura em aço galvanizado com dimensões mínimas de 3000 x 930 mm, diâmetro mínimo de 31,75 mm e espessura de parede de 2 mm (permitido tolerância de +/- 5%); estrutura de reforço composta por duas barras verticais com diâmetro mínimo de 9,525 mm (permitido tolerância de +/- 5%); assoalho em madeira plástica de alta resistência. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a inexistência de partes cortantes ou expostas.	228,00	UNIDADE	25479	R\$ 7.468,6100	R\$ 1.702.843,08
49	Plataforma (pne): plataforma para pessoas com necessidades especiais (pne) composta por: estrutura em formato sextavado, altura de 0,20 m, com medidas mínimas de 2000 x 2000 mm (permitido tolerância de +/- 5%); estrutura metálica em cantoneiras galvanizadas e assoalho em deck de madeira plástica. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento: plataforma (pne): plataforma para pessoas com necessidades especiais (pne) composta por: estrutura em formato sextavado, altura de 0,20 m, com medidas mínimas de 2000 x 2000 mm (permitido tolerância de +/- 5%); estrutura metálica em cantoneiras galvanizadas e assoalho em deck de madeira plástica. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25480	R\$ 5.552,5300	R\$ 1.265.976,84
50	Guarda-corpo para torre PNE: guarda-corpo composto por: estrutura com dimensões de 900 x 900 mm, em aço galvanizado, com diâmetro de 25,4 mm e espessura de 2 mm (permitido tolerância de +/- 5%), compatível com torre destinada a pessoas com necessidades especiais (pne); composto por sete hastes verticais com medida de 850 mm entre as travessas inferior e superior; material com tratamento resistente a ambientes externos e à corrosão. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente	228,00	UNIDADE	25481	R\$ 2.751,3700	R\$ 627.312,36

	protegidos por tampas plásticas de acabamento: guarda-corpo para torre pne: guarda-corpo composto por: estrutura com dimensões de 900 x 900 mm, em aço galvanizado, com diâmetro de 25,4 mm e espessura de 2 mm (permitido tolerância de +/- 5%), compatível com torre destinada a pessoas com necessidades especiais (pne); composto por sete hastes verticais com medida de 850 mm entre as travessas inferior e superior; material com tratamento resistente a ambientes externos e à corrosão. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento.					
51	Cerca de proteção infantil: cerca composta por: estrutura em polímero de baixa densidade com proteção UV, em cores variadas, com medidas aproximadas de 1500 x 830 x 840 mm (permitido tolerância de +/- 5%); coluna em plástico rotomoldado com dimensões de 110 x 110 x 1500 mm. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento: cerca de proteção infantil: cerca composta por: estrutura em polímero de baixa densidade com proteção UV, em cores variadas, com medidas aproximadas de 1500 x 830 x 840 mm (permitido tolerância de +/- 5%); coluna em plástico rotomoldado com dimensões de 110 x 110 x 1500 mm. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25482	R\$ 2.052,0000	R\$ 467.856,00
52	Carrossel infantil: carrossel infantil composto por: estrutura e arco em tubo de metal galvanizado com diâmetro de 12,7 mm e diâmetro total de 1900 mm (permitido tolerância de +/- 5%); eixo trefilado com estrutura central em tubos quadrados de 2500 x 2500 mm, equipado com dois rolamentos e tripé em metal galvanizado com diâmetro de 12,7 mm (permitido tolerância de +/- 5%); assentos em polietileno rotomoldado com medidas de 1450 x 200 mm (permitido tolerância de +/- 5%), em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: carrossel infantil: carrossel infantil composto por: estrutura e arco em tubo de metal galvanizado com diâmetro de 12,7 mm e diâmetro total de 1900 mm (permitido tolerância de +/- 5%); eixo trefilado com estrutura central em tubos quadrados de 2500 x 2500 mm, equipado com dois rolamentos e tripé em metal galvanizado com diâmetro de 12,7 mm (permitido tolerância de +/- 5%); assentos em polietileno rotomoldado com medidas de 1450 x 200 mm (permitido tolerância de +/- 5%), em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25483	R\$ 6.573,5300	R\$ 1.498.764,84
53	Gangorra: gangorra composta por: estrutura central em formato quadrado com medida de 2700 mm (permitido tolerância de +/- 5%), em alumínio; dois pega-mãos em aço galvanizado e dois assentos em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: gangorra: gangorra composta por: estrutura central em formato quadrado com medida de 2700 mm (permitido tolerância de +/- 5%), em alumínio; dois pega-mãos em aço galvanizado e dois assentos em polietileno rotomoldado. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25484	R\$ 5.854,1500	R\$ 1.334.746,20
54	Balço infantil: balço composto por: estrutura principal em	228,00	UNIDADE	25485	R\$ 8.531,5800	R\$ 1.945.200,24

	tubo de aço galvanizado com diâmetro de 50,8 mm e parede de 2 mm (permitido tolerância de +/- 5%); quatro colunas em alumínio com medidas de 90 x 90 mm (permitido tolerância de +/- 5%), dotadas de reforço interno e revestimento em tinta poliéster; fixação dos balanços através de buchas de nylon de 25 mm; assentos em polietileno rotomoldado de alta resistência; suspensão por correntes de 6 mm (permitido tolerância de +/- 5%), com elos curtos calibrados. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: balanço infantil: balanço composto por: estrutura principal em tubo de aço galvanizado com diâmetro de 50,8 mm e parede de 2 mm (permitido tolerância de +/-5%); quatro colunas em alumínio com medidas de 90 x 90 mm (permitido tolerância de +/- 5%), dotadas de reforço interno e revestimento em tinta poliéster; fixação dos balanços através de buchas de nylon de 25 mm; assentos em polietileno rotomoldado de alta resistência; suspensão por correntes de 6 mm (permitido tolerância de +/- 5%), com elos curtos calibrados. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.					
55	Brinquedo infantil sobre mola (balanço individual): brinquedo infantil sobre mola composto por: estrutura em formato de cavalo produzida em polietileno rotomoldado de alta resistência, com dimensões aproximadas de 690 x 1200 x 530 mm (permitido tolerância de +/-5%); mola em aço galvanizado com diâmetro de 20 mm e dimensões de 400 x 200 mm (permitido tolerância de +/- 5%), com acabamento em pintura eletrostática; suporte tipo âncora em aço galvanizado para fixação da mola ao corpo do brinquedo e à base de instalação. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: brinquedo infantil sobre mola (balanço individual): brinquedo infantil sobre mola composto por: estrutura em formato de cavalo produzida em polietileno rotomoldado de alta resistência, com dimensões aproximadas de 690 x 1200 x 530 mm (permitido tolerância de +/-5%); mola em aço galvanizado com diâmetro de 20 mm e dimensões de 400 x 200 mm (permitido tolerância de +/- 5%), com acabamento em pintura eletrostática; suporte tipo âncora em aço galvanizado para fixação da mola ao corpo do brinquedo e à base de instalação. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25486	R\$ 4.757,2000	R\$ 1.084.641,60
56	escorregador em polietileno: escorregador composto por: estrutura curva com dimensões aproximadas de 2600 x 590 mm e seção de deslizamento de 2500 x 480 mm (permitido tolerância de +/- 5%); fabricado em polietileno de alta densidade pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e cores variadas; incluso um portal de segurança no mesmo material. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a ausência de arestas expostas: escorregador em polietileno: escorregador composto por: estrutura curva com dimensões aproximadas de 2600 x 590 mm e seção de deslizamento de 2500 x 480 mm (permitido tolerância de +/- 5%); fabricado em polietileno de alta densidade pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla e cores variadas; incluso um portal de segurança no mesmo material. todos os elementos	228,00	UNIDADE	25487	R\$ 2.509,4500	R\$ 572.154,60



	de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento, garantindo a ausência de arestas expostas.					
57	Tampas de acabamento: tampas compostas por: estrutura para acabamento de coluna com medidas de 110 x 110 mm (permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento: tampas compostas por: estrutura para acabamento de coluna com medidas de 110 x 110 mm (permitido tolerância de +/- 5%). todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25488	R\$ 52,4000	R\$ 11.947,20
58	Escada de acesso em polietileno: escada composta por: estrutura com três degraus, com medidas mínimas de 1000 x 600 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricada em polietileno rotomoldado de alta resistência, com parede dupla e cores variadas. possui pega-mão em aço tubular galvanizado com acabamento em pintura eletrostática, diâmetro de 25,40 mm e espessura de 1,95 mm (permitido tolerância de +/- 5%), com acabamento arredondado isento de ângulos retos. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento: escada de acesso em polietileno: escada composta por: estrutura com três degraus, com medidas mínimas de 1000 x 600 mm (permitido tolerância de +/- 5%), fabricada em polietileno rotomoldado de alta resistência, com parede dupla e cores variadas. possui pega-mão em aço tubular galvanizado com acabamento em pintura eletrostática, diâmetro de 25,40 mm e espessura de 1,95 mm (permitido tolerância de +/- 5%), com acabamento arredondado isento de ângulos retos. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25489	R\$ 2.088,3900	R\$ 476.152,92
59	Escada horizontal: escada composta por: estrutura com dez degraus em formato horizontal, com medidas aproximadas de 2000 x 550 mm, fabricada em aço tubular galvanizado com diâmetro de 31,75 mm (permitido tolerância de +/- 5%); acabamento em pintura eletrostática em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento: escada horizontal: escada composta por: estrutura com dez degraus em formato horizontal, com medidas aproximadas de 2000 x 550 mm, fabricada em aço tubular galvanizado com diâmetro de 31,75 mm (permitido tolerância de +/- 5%); acabamento em pintura eletrostática em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e devidamente protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25490	R\$ 2.805,4700	R\$ 639.647,16
60	Circuito de discos: circuito de discos composto por: estrutura em tubo de aço galvanizado com diâmetro de 42,4 mm e dimensões de 2000 x 960 mm (permitido tolerância de +/- 5%); constituído por quatro hastes verticais; quatro discos em polietileno rotomoldado com parede dupla, em cores variadas; sistema de suspensão e fixação inferior ao solo por meio de correntes galvanizadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.: circuito de discos: circuito de discos composto por: estrutura em tubo de aço galvanizado com diâmetro de 42,4 mm e dimensões de 2000 x 960 mm (permitido tolerância de +/- 5%); constituído por	228,00	UNIDADE	25491	R\$ 3.655,6100	R\$ 833.479,08

	quatro hastes verticais; quatro discos em polietileno rotomoldado com parede dupla, em cores variadas; sistema de suspensão e fixação inferior ao solo por meio de correntes galvanizadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.					
61	Escorregador espiral em polietileno: escorregador composto por: estrutura em espiral produzida em polietileno de alta densidade pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla, diâmetro externo de 1340 mm, altura de 1700 mm e seção de deslizamento com dimensões de 3700 x 490 mm (permitido tolerância de +/- 5%); tubo de sustentação central em aço galvanizado com diâmetro de 101,60 mm, parede de 2 mm e comprimento de 1900 mm (permitido tolerância de +/- 5%); patamar em madeira plástica (wpc) com medidas de 810 x 730 mm (permitido tolerância de +/- 5%); dois guarda-corpos em polietileno rotomoldado com parede dupla e medidas de 800 x 900 mm; barra de acesso em tubo metálico galvanizado com diâmetro de 31,75 mm, parede de 1,5 mm e comprimento de 765 mm (permitido tolerância de +/- 5%);. acabamento em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: escorregador espiral em polietileno: escorregador composto por: estrutura em espiral produzida em polietileno de alta densidade pelo processo de rotomoldagem, com parede dupla, diâmetro externo de 1340 mm, altura de 1700 mm e seção de deslizamento com dimensões de 3700 x 490 mm (permitido tolerância de +/- 5%); tubo de sustentação central em aço galvanizado com diâmetro de 101,60 mm, parede de 2 mm e comprimento de 1900 mm (permitido tolerância de +/- 5%); patamar em madeira plástica (wpc) com medidas de 810 x 730 mm (permitido tolerância de +/- 5%); dois guarda-corpos em polietileno rotomoldado com parede dupla e medidas de 800 x 900 mm; barra de acesso em tubo metálico galvanizado com diâmetro de 31,75 mm, parede de 1,5 mm e comprimento de 765 mm (permitido tolerância de +/- 5%);. acabamento em cores variadas. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25492	R\$ 10.706,9500	R\$ 2.441.184,60
62	Ábaco em polietileno: ábaco composto por: estrutura em polietileno rotomoldado de alta resistência, com medidas aproximadas de 1000 x 700 mm (permitido tolerância de +/- 5%), parede dupla e acabamento liso. deve conter numeração de 0 a 5 nas extremidades e 05 (cinco) hastes metálicas com 05 (cinco) esferas injetadas em cada haste. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento: ábaco em polietileno: ábaco composto por: estrutura em polietileno rotomoldado de alta resistência, com medidas aproximadas de 1000 x 700 mm (permitido tolerância de +/- 5%), parede dupla e acabamento liso. deve conter numeração de 0 a 5 nas extremidades e 05 (cinco) hastes metálicas com 05 (cinco) esferas injetadas em cada haste. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25493	R\$ 1.306,1200	R\$ 297.795,36
63	Balanço adaptado (pne): balanço para pessoas com necessidades especiais (pne) composto por: estrutura em aço tubular com diâmetro de 42,40 mm e parede de 2,5 mm, com sistema de fixação por chumbamento ou parafusagem; estrutura principal em aço tubular com diâmetro de 63 mm e parede de 2					

mm (permitido tolerância de +/- 5%); colunas em perfil de alumínio com medidas de 90 x 90 mm e acabamento arredondado (ovalado) com estruturação interna; cadeira aconchego com estrutura em aço tubular de 25,40 mm e parede de 2 mm (permitido tolerância de +/- 5%); piso da plataforma em chapa de alumínio com espessura mínima de 1,65 mm; guarda-corpo em aço tubular com diâmetro de 25,40 mm e parede de 1,55 mm (permitido tolerância de +/- 5%); rampa de acesso basculante em aço tubular com diâmetro de 25,40 mm e parede de 1,5 mm, com piso em chapa de alumínio de 1,65 mm (permitido tolerância de +/- 5%); sistema de segurança com fecho metálico entre rampa e cadeira. dimensões totais aproximadas de 2400 x 2400: balanço adaptado (pne): balanço para pessoas com necessidades especiais (pne) composto por: estrutura em aço tubular com diâmetro de 42,40 mm e parede de 2,5 mm, com sistema de fixação por chumbamento ou parafusagem; estrutura principal em aço tubular com diâmetro de 63 mm e parede de 2 mm (permitido tolerância de +/- 5%); colunas em perfil de alumínio com medidas de 90 x 90 mm e acabamento arredondado (ovalado) com estruturação interna; cadeira aconchego com estrutura em aço tubular de 25,40 mm e parede de 2 mm (permitido tolerância de +/- 5%); piso da plataforma em chapa de alumínio com espessura mínima de 1,65 mm; guarda-corpo em aço tubular com diâmetro de 25,40 mm e parede de 1,55 mm (permitido tolerância de +/- 5%); rampa de acesso basculante em aço tubular com diâmetro de 25,40 mm e parede de 1,5 mm, com piso em chapa de alumínio de 1,65 mm (permitido tolerância de +/- 5%); sistema de segurança com fecho metálico entre rampa e cadeira. dimensões totais aproximadas de 2400 x 2400 x 1400 mm (permitido tolerância de +/- 5%), com acabamento em pintura eletrostática epóxi a pó. todos os elementos de fixação devem ser zincados e protegidos por tampas plásticas de acabamento.	228,00	UNIDADE	25494	R\$ 14.814,9700	R\$ 3.377.813,16
<b>Valor Estimado: R\$ 119.222.772,62</b>					

## 4. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO

**4.1.** As especificações detalhadas de cada item, conforme segue abaixo:

### 4.1.1. ITENS 01 A 06:

**4.1.1.1.** Fornecimento de piso funcional em polipropileno para uso de ambiente interno de atividades físicas. Indicado para ginásios e espaços recreativos totalmente fechados. Composto pelo fornecimento e instalação da peça, de modo que atenda sua finalidade e segurança dos usuários. Conforme especificações e performance mínimas.

**4.1.1.2.** O sistema consiste no fornecimento com instalação de placas modulares de polipropileno com dimensões mínimas de 25cm de largura x 25 cm de comprimento x 12 mm de espessura, com no mínimo 40 limitadores de impacto, que atuam como sistema de absorção de impacto. A solução deve garantir: Resistência ao envelhecimento; Dissipação de energia; Ação antifúngica e antibacteriana; Conforto térmico; Proteção contra radiação UV; Resistência às intempéries; Sistema "antifurto" nos acabamentos laterais; inclusa demarcação poliesportiva conforme padrão definido pelo contratante.

**4.1.1.3.** Matéria prima: Polipropileno e elastômeros termoplásticos.

**4.1.1.4.** Requisitos de Segurança e Qualidade: Resistência à flexão/deformação - 34 Mpa, conforme a Norma: ASTM D790:2017; Resistência a tração - 20 Mpa, conforme a Norma ASTM D638:2014; ensaio que ateste como atóxico nos termos da NBR 16071-2 com NBR NM 300-3; ensaio de controle de materiais de acabamento e de revestimentos - com Classificação II-A, de acordo com a Instrução Técnica do Corpo de Bombeiro nº10; ensaio nos termos da NBR 8660 - ASTM E 662; ensaio de resistência ao UV e condições climáticas após 3.500 horas de exposição - ASTM G154.

**4.1.1.5.** Fornecimento de piso funcional em polipropileno para espaços esportivos. Indicada para aplicação em quadras poliesportivas. Composto pelo fornecimento e instalação da peça, de modo que atenda sua finalidade e segurança dos usuários. Conforme especificações e performance mínimas.

**4.1.1.6.** O sistema consiste no fornecimento com instalação de placas modulares de polipropileno com dimensões mínimas de 25cm de largura x 25 cm de comprimento x 12 mm de espessura, sobre base rígida previamente preparada. O conjunto deve gerar superfície funcional, homogênea e segura, com as seguintes propriedades: Resistência ao envelhecimento e às intempéries; Dissipação de energia e atenuação de impacto; Ação antifúngica e antibacteriana; Conforto térmico superficial; Proteção contra radiação UV; Superfície antiderrapante apropriada para prática esportiva; Sistema antifurto e acabamento acessível, garantindo segurança e integridade do pavimento. Deve ser incluída demarcação esportiva ou lúdica, executada com resina flexível e atóxica, resistente ao tráfego e às condições ambientais.

**4.1.1.7.** Matéria prima: Polipropileno.

**4.1.1.8.** Requisitos mínimos de segurança e desempenho: Redução de impacto em quedas livres de até 0,70 m (conforme NBR 16071-2); Coeficiente de atrito de no mínimo 0,60 estático e 0,55 de atrito dinâmico, conforme a norma ASTM D1894:2014, Atóxico segundo NBR 16071-2 e NBR NM 300-3; ensaio nos termos da NBR 8660 - ASTM E 662; ensaio de resistência ao UV e condições climáticas após 3.500 horas de exposição - ASTM G154; ensaio de ciclo térmico, sem deformações manchas ou rachaduras, nos termos da norma IEC 60068-2-30.

**4.1.1.9.** Fornecimento de piso funcional em polipropileno para espaços recreativos. Indicado para aplicação em ambientes recreativos. Composto pelo fornecimento e instalação da peça, de modo que atenda sua finalidade e segurança dos usuários. Conforme especificações e performance mínimas.

**4.1.1.10.** O sistema consiste no fornecimento com instalação de placas modulares de polipropileno com dimensões mínimas de 25cm de largura x 25 cm de comprimento x 12 mm de espessura, com no mínimo 44 limitadores de impacto, que atuam como sistema de absorção de impacto. A solução deve garantir: Resistência ao envelhecimento; Dissipação de energia; Ação antifúngica e antibacteriana; Conforto térmico; Proteção contra radiação UV; Resistência às intempéries; Sistema "antifurto" nos acabamentos laterais; inclusa demarcação lúdicas e recreativas conforme padrão definido pelo contratante.

**4.1.1.11.** Matéria prima: Polipropileno e elastômeros termoplásticos.

**4.1.1.12.** Requisitos mínimos de segurança e desempenho: Redução de impacto em quedas livres de no mínimo 1,10 m (NBR 16071-3); Apresentar resistência ao cisalhamento de no mínimo 47 Mpa segundo a norma ASTM D732, Apresentar resistência à tração de no mínimo 95 Mpa segundo a norma ASTM D638, Atóxico segundo NBR 16071-2 e NBR NM 300-3; ensaio nos termos da NBR 8660 - ASTM E 662; ensaio de resistência ao UV e condições climáticas após 3.500 horas de exposição - ASTM G154; ensaio de ciclo térmico, sem deformações manchas ou rachaduras, nos termos da norma IEC 60068-2-30.

**4.1.1.13.** Fornecimento de piso funcional em polipropileno para quadras de basquete. Indicado para aplicação em quadras de basquete. Composto pelo fornecimento e instalação da peça, de modo que atenda sua finalidade e segurança dos usuários. Conforme especificações e performance mínimas.

**4.1.1.14.** O sistema consiste no fornecimento com instalação de placas modulares de polipropileno com dimensões mínimas de 25cm de largura x 25 cm de comprimento x 12 mm de espessura, com no mínimo 44 limitadores de impacto, que atuam como sistema de absorção de impacto. A solução deve garantir: Resistência ao envelhecimento; Dissipação de energia; Ação



antifúngica e antibacteriana; Conforto térmico; Proteção contra radiação UV; Resistência às intempéries; Sistema "antifurto" nos acabamentos laterais; inclusa demarcação esportiva conforme padrão definido pelo contratante.

**4.1.1.15.** Matéria prima: Polipropileno e elastômeros termoplásticos.

**4.1.1.16.** Requisitos mínimos de segurança e desempenho: Redução de impacto em quedas livres de no mínimo 1,30 m (NBR 16071-3); Apresentar resistência ao cisalhamento de no mínimo 47 Mpa segundo a norma ASTM D732, Apresentar resistência à tração de no mínimo 95 Mpa segundo a norma ASTM D638, Atóxico segundo NBR 16071-2 e NBR NM 300-3; ensaio nos termos da NBR 8660 - ASTM E 662; ensaio de resistência ao UV e condições climáticas após 3.500 horas de exposição - ASTM G154; ensaio de ciclo térmico, sem deformações manchas ou rachaduras, nos termos da norma IEC 60068-2-30.

**4.1.1.17.** Fornecimento de piso emborrachado. Composto pelo fornecimento e instalação da peça, de modo que atenda sua finalidade e segurança dos usuários. Conforme especificações e performance mínimas.

**4.1.1.18.** Fornecimento e instalação de piso emborrachado destinado a áreas de lazer, praças, escolas e demais ambientes recreativos que exijam segurança, absorção de impacto e conforto ao usuário. Dimensões da Peça: largura: 100 cm; profundidade: 100 cm; altura/espessura: 1,5 cm (15 mm). As dimensões acima referem-se a cada módulo/painel do piso. O piso deve ser instalado de forma adequada à sua função, garantindo amortecimento de impacto e redução de risco de lesões, superfície antiderrapante, estabilidade e firmeza durante o uso e segurança para crianças e demais usuários. As peças devem ser produzidas em composto emborrachado apropriado ao uso recreativo e esportivo, resistente ao desgaste.

**4.1.1.19.** Matéria prima: Borracha granulada (SBR e/ou EPDM) aglutinada com resina de poliuretano (PU).

**4.1.1.20.** Requisitos de Segurança e Qualidade: Não se aplica.

**4.1.1.21.** Serviço destinado à regularização de áreas desgastadas ou irregulares por meio da aplicação de camada contínua de argamassa cimentícia reforçada com microfibra sintética, com espessura de até de 5,0 cm. A intervenção deve garantir uma superfície final perfeitamente lisa, nivelada e com a declividade adequada para o escoamento eficiente das águas pluviais, evitando empoçamentos.

**4.1.1.22.** Composto por superfície sólida em argamassa cimentícia com microfibra sintética incorporada, com espessura de até 5,0 cm. A regularização deve resultar em superfície lisa, nivelada e com inclinação adequada ao escoamento superficial.

**4.1.1.23.** Matéria Prima: Argamassa cimentícia e Microfibra sintética.

**4.1.1.24.** Requisitos de Segurança e Qualidade: Não se aplica

## **4.1.2. ITENS 10 A 63:**

**4.1.2.1.** Requisitos de Segurança e Qualidade: apresentação de certificações, laudos e/ou ensaios, conforme as seguintes normativas: ABNT NBR 16071-2:2021 - Parte 2:4; 5; 6; 7 e 8, requisitos de Segurança; NBR 8095:2015 - material metálico revestido e não revestido - corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada no mínimo 5000 horas - método de ensaio; NBR ISO 4628:2022 - Tintas e vernizes — Avaliação da degradação de revestimento — Designação da quantidade e tamanho dos defeitos e da intensidade de mudanças uniformes na aparência - Parte 3: Avaliação do grau de enferrujamento; NBR 5841:2015 - Determinação do grau de empoçamento de superfícies pintadas; Laudo Anti-UV da matéria prima de no mínimo 3000 horas, atendendo as exigências da ASTM G 155 e ASTM G 154; Laudo da matéria prima de Resistência a Condutividade Elétrica (antiestático), atendendo as exigências da ABNT NBR 14922:2013; ensaio conforme ABNT



NBR 17088:2023, ABNT NBR 5841:2015, ABNT NBR ISO 4628-3:2022, apresentando resultado mínimo resistência à névoa salina de 5000 horas.

**4.1.3.** A documentação acima mencionada deverá ser apresentada pela licitante junto de sua proposta reajustada.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**5.1.1.** Os materiais utilizados nos produtos devem ser recicláveis ou de baixo impacto ambiental, privilegiando fornecedores com processos produtivos sustentáveis.

**5.1.2.** A Contratada deverá apresentar um plano de logística reversa para o recolhimento e correta destinação de bens obsoletos, sucata e embalagens, promovendo sua reciclagem e reduzindo a disposição inadequada em aterros.

**5.1.3.** O transporte dos equipamentos deverá ser planejado de forma eficiente, visando minimizar emissões de poluentes.

## **6. DA PROVA DE CONFORMIDADE DO OBJETO**

**6.1.** A verificação da conformidade do objeto ofertado pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar se dará através da análise documental de proposta técnica, dos laudos, ensaios, certificações e demais documentos comprobatórios exigidos como "Requisitos de Segurança e Durabilidade" nas especificações técnicas de cada item, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.2.** Após a disputa, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado, por meio de mensagem no sistema, a apresentar sua proposta reajustada, juntamente com a proposta técnica, composta por toda a documentação necessária para comprovar a conformidade dos itens ofertados com as especificações deste Termo de Referência, no prazo de 2 (duas) horas. É facultada a prorrogação do prazo, mediante solicitação fundamentada do interessado antes do término do prazo original.

**6.3.** A Administração reserva-se o direito de, em caso de dúvida fundada, insuficiência da documentação apresentada ou para dirimir controvérsias sobre o desempenho e a qualidade do produto, solicitar ao licitante a apresentação de exemplar(es) para a realização de diligências, com fundamento no art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.4.** Caso seja acionada a cláusula acima, o licitante será notificado para entregar o(s) exemplar(es) no endereço, data e horário indicados pela Administração, no prazo de 10 (dez) dias, para realização de diligências, sendo a análise acompanhada por comissão designada e facultada a presença dos demais interessados.

**6.5.** A não apresentação da documentação exigida no prazo, a apresentação de documentos que não comprovem o atendimento às especificações, ou a eventual reprovação em sede de diligência, implicará na recusa da proposta. Nesse caso, será analisada a aceitabilidade da proposta do segundo classificado, que será submetido ao mesmo procedimento de verificação de conformidade, e assim sucessivamente, até a classificação de uma proposta que atenda integralmente às exigências.

**6.6.** Os exemplares eventualmente solicitados para realização de diligências serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e submetidos a testes que podem incluir sua desmontagem ou consumo, não gerando direito a ressarcimento.

**6.7.** Após a homologação do certame, os exemplares entregues deverão ser recolhidos pelos respectivos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a indenização.

## **7. SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** Não será exigida a garantia da contratação.

## **9. DOS LAUDOS A SEREM APRESENTADOS**

**9.1.** A definição de requisitos técnicos detalhados e a exigência de laudos e ensaios baseados em normas técnicas para o objeto desta contratação alinham-se ao dever da Administração Pública de zelar pela eficiência, pela segurança e pela durabilidade dos bens adquiridos, em conformidade com o art. 37, caput, da Constituição Federal.

**9.2.** O Tribunal de Contas da União (TCU) reconhece que a estipulação de padrões de qualidade é essencial para evitar o desperdício de recursos públicos. Conforme o Acórdão 2185/2022-TCU - Plenário, "A certificação de acordo com normas da ABNT é uma maneira de a administração assegurar-se de que o produto a ser adquirido possui determinados requisitos de qualidade e desempenho."

**9.3.** Considerando que o objeto da presente contratação se destina ao uso coletivo, com especial atenção ao público infantil, a segurança é um critério inafastável. As especificações detalhadas e as certificações exigidas não visam restringir a competitividade, mas sim garantir que os produtos atendam a padrões mínimos de segurança contra acidentes, resistência ao uso contínuo e durabilidade frente às condições climáticas, assegurando a integridade física dos usuários e a proteção do patrimônio público.

**9.4.** Nesse sentido, a Administração, em observância à jurisprudência do TCU, busca "fundamentar tecnicamente quaisquer exigências de especificações ou condições com potencial de restringir o universo de competidores" (Acórdão 2407/2006 - TCU - Plenário), demonstrando que os parâmetros fixados são "adequados, necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado" (Acórdão 1417/2008-TCU - Plenário).

**9.5.** As justificativas específicas para cada laudo, detalhadas a seguir, demonstram a pertinência e a indispensabilidade de cada requisito para o cumprimento satisfatório do objeto contratual.

### **9.6. Justificam-se os presentes laudos para os pisos modulares:**

#### **✓ ITEM 01:**

**9.6.1.** Ensaio de resistência à flexão – 34 MPa (ASTM D790:2017) O ensaio conforme ASTM D790 tem como objetivo determinar a resistência à flexão e o comportamento mecânico de materiais plásticos submetidos a esforços de dobramento. Pisos modulares sofrem cargas distribuídas, impactos e deformações durante o uso cotidiano, exigindo adequada rigidez e estabilidade estrutural. A comprovação, por laudo, de resistência mínima à flexão de 34 MPa assegura que o material mantém integridade sob solicitações mecânicas típicas, evitando deformações permanentes, rupturas frágeis e perda de desempenho. Portanto, o laudo ASTM D790 garante que o produto atende ao nível mínimo de resistência mecânica necessário para segurança, durabilidade e funcionamento adequado em ambientes internos.

**9.6.2.** Ensaio de resistência à tração – 20 MPa (ASTM D638:2014) A ASTM D638 estabelece metodologia para avaliar a resistência à tração de materiais plásticos, com foco em propriedades como limite de ruptura, módulo e alongamento. Os pisos modulares possuem encaixes e pontos

estruturais sujeitos a esforços de arrancamento, separação e deformação durante o uso e manutenção. A exigência de resistência mínima de 20 MPa, comprovada por laudo, garante que o material suporta esforços de tração sem ruptura súbita, assegurando estabilidade dimensional, continuidade da estrutura e prevenção de acidentes. Assim, o laudo ASTM D638 demonstra objetivamente que o material atende aos requisitos mínimos de desempenho mecânico para uso seguro em áreas internas.

**9.6.3. Ensaio de atoxicidade – NBR 16071-2 e NBR NM 300-3** As normas NBR 16071-2 e NBR NM 300-3 estabelecem requisitos de segurança química para materiais destinados ao uso infantil ou em áreas de contato frequente com pessoas, incluindo limites de migração de metais pesados e outras substâncias nocivas. A aplicação dessas normas aos pisos modulares justifica-se pelo risco potencial de contato dérmico e oral, especialmente em ambientes que recebem crianças. O laudo de atoxicidade assegura que o material não libera substâncias químicas perigosas acima dos limites permitidos, atendendo aos requisitos de segurança, saúde e conformidade regulamentar. Dessa forma, garante-se que o produto é adequado para ambientes internos frequentados por usuários vulneráveis, prevenindo riscos de intoxicação e exposição a elementos tóxicos.

**9.6.4. Controle de materiais de acabamento e revestimento – Classificação II-A (IT 10 – Corpo de Bombeiros)** A Instrução Técnica 10 do Corpo de Bombeiros define critérios de desempenho para materiais de acabamento e revestimento quanto ao comportamento frente ao fogo, com ênfase em propagação de chamas e geração de fumaça. A exigência de classificação II-A assegura que o piso modular apresenta desempenho adequado em situações de incêndio, limitando a propagação superficial das chamas e reduzindo a produção de fumaça, fatores essenciais para a evacuação segura de ambientes internos. O laudo correspondente é indispensável para comprovar conformidade com as normas de segurança contra incêndio aplicáveis, permitindo aprovação de projetos, obtenção de AVCB e garantindo proteção dos usuários.

**9.6.5. Ensaio NBR 8660 e ASTM E662 – Comportamento ao fogo e emissão de fumaça** A NBR 8660 avalia o fluxo crítico de energia radiante necessário para propagação de fogo em materiais de revestimento, enquanto a ASTM E662 determina a densidade óptica da fumaça produzida por materiais em combustão. Os pisos modulares utilizados em ambientes internos devem apresentar baixa inflamabilidade e reduzida emissão de fumaça para garantir segurança dos usuários em situações emergenciais. A comprovação por laudo de conformidade com ambas as normas assegura que o material apresenta comportamento seguro frente ao fogo, evitando rápida propagação de chamas e reduzindo riscos de intoxicação e perda de visibilidade em rotas de fuga. Assim, os ensaios NBR 8660 e ASTM E662 constituem evidências fundamentais de segurança contra incêndio, conforme exigências aplicáveis a ambientes com circulação de pessoas.

**9.6.6. Ensaio de resistência à radiação UV e intempéries – 3.500 h (ASTM G154)** A ASTM G154 estabelece metodologia de envelhecimento acelerado por radiação UV e umidade, simulando as condições reais de exposição para materiais poliméricos. Embora destinados ao uso interno, os pisos modulares podem estar sujeitos à radiação UV indireta ou artificial, variações térmicas e ambientes úmidos, o que pode causar degradação prematura, perda de propriedades mecânicas e alteração estética. O ensaio de 3.500 horas permite verificar a estabilidade do material frente ao envelhecimento, garantindo que suas propriedades essenciais, como resistência, rigidez e integridade estrutural, sejam mantidas ao longo da vida útil. Assim, o laudo ASTM G154 comprova que o produto oferece durabilidade, segurança e desempenho estável, mesmo em condições de uso intensivo.

#### ✓ ITEM 02:

**9.6.7. Ensaio de redução de impacto em quedas livres até 0,70 m – NBR 16071-2** A NBR 16071-2 estabelece critérios mínimos de amortecimento de impacto para superfícies onde há possibilidade

de quedas, avaliando a capacidade do piso de reduzir aceleração e mitigar lesões. Em ambientes esportivos — como quadras de futsal, vôlei, basquete e handebol — ocorrem saltos, corridas e mudanças bruscas de direção que aumentam o risco de quedas acidentais. A comprovação, por laudo, da redução de impacto para quedas de até 0,70 m assegura que o piso oferece amortecimento adequado, reduzindo a probabilidade de lesões em articulações, cabeça e punhos, especialmente para crianças e jovens. Para áreas externas, onde o piso está sujeito a variações térmicas que podem aumentar sua rigidez, a conformidade com a NBR 16071-2 reforça a segurança biomecânica e o conforto dos usuários. Assim, o laudo garante que o piso modular atende ao requisito mínimo de segurança para absorção de impacto, protegendo os usuários e contribuindo para prevenção de acidentes.

**9.6.8.** Ensaio de coeficiente de atrito estático  $\geq 0,60$  e dinâmico  $\geq 0,55$  – ASTM D1894:2014 A ASTM D1894 define o método para determinação do coeficiente de atrito estático e dinâmico, parâmetro essencial para avaliar o risco de escorregamento da superfície. Em atividades esportivas, a tração adequada é imprescindível para movimentos rápidos e mudanças de direção, prevenindo quedas, entorses e colisões. A exigência de coeficientes mínimos de 0,60 (estático) e 0,55 (dinâmico) assegura que o piso apresenta aderência suficiente para prática esportiva segura. Em instalações externas — sujeitas à chuva, poeira, umidade e variações de temperatura — o risco de perda de atrito é maior, tornando indispensável o laudo de conformidade. Dessa forma, o ensaio ASTM D1894 garante desempenho consistente e segura condição antiderrapante da superfície, preservando a integridade física dos usuários e a qualidade esportiva do revestimento.

**9.6.9.** Ensaio de atoxicidade – NBR 16071-2 e NBR NM 300-3 As normas NBR 16071-2 e NBR NM 300-3 abrangem requisitos de segurança química para materiais utilizados em ambientes infantis ou de contato frequente com usuários, estabelecendo limites de migração de metais pesados e outras substâncias tóxicas. A aplicação destes ensaios aos pisos modulares justifica-se pela possibilidade de contato dérmico intenso, exposição prolongada e, em ambientes infantis, eventual contato oral. O laudo de atoxicidade assegura que o material não libera elementos químicos acima dos limites permitidos, garantindo a proteção da saúde dos usuários e conformidade com as exigências regulatórias — adotadas como referência nacional para segurança em produtos infantis. Assim, comprova-se que o piso modular não apresenta risco químico e é seguro para uso em quadras, áreas esportivas e ambientes frequentados por crianças.

**9.6.10.** Ensaio NBR 8660 e ASTM E662 – Comportamento ao fogo e emissão de fumaça A NBR 8660 avalia a reação ao fogo por meio do fluxo crítico de energia radiante necessário para a propagação de chamas na superfície do material. A ASTM E662 quantifica a densidade óptica da fumaça produzida durante combustão ou decomposição térmica, parâmetro essencial para visibilidade e segurança em rotas de fuga. A conformidade com essas normas assegura que o piso modular apresenta baixa inflamabilidade e reduzida emissão de fumaça, fatores críticos para proteção dos usuários em situações de incêndio, especialmente em ambientes com público. Os laudos garantem que o material atende aos requisitos de segurança contra incêndio, reduzindo riscos de propagação rápida das chamas, intoxicação e perda de visibilidade.

**9.6.11.** Ensaio de resistência a UV e intempéries – 3.500 h (ASTM G154) A ASTM G154 estabelece procedimentos de envelhecimento acelerado por radiação UV, umidade e temperatura, simulando as condições reais de exposição a intempéries. Pisos modulares instalados em ambientes externos estão sujeitos à radiação solar, chuva e variações térmicas, que podem causar ressecamento, trincas e perda de resistência mecânica. A exposição de 3.500 horas permite avaliar se o material mantém estabilidade e desempenho após envelhecimento acelerado, assegurando que não ocorrerá degradação prematura que comprometa a segurança ou a funcionalidade da superfície



esportiva. Assim, o laudo ASTM G154 comprova durabilidade e resistência ambiental do material, garantindo desempenho consistente ao longo da vida útil prevista do piso.

**9.6.12.** Ensaio de Ciclo Térmico – IEC 60068-2-30 – Teste Db A IEC 60068-2-30 estabelece o ensaio de calor úmido cíclico, simulando efeitos combinados de variações de temperatura e umidade em materiais expostos a condições ambientais severas. Pisos modulares externos são submetidos diariamente a ciclos de aquecimento solar, resfriamento noturno e umidade, causando expansões e contrações sucessivas. Sem resistência adequada, esses ciclos podem gerar empenamento, manchas, fissuras ou delaminação, comprometendo a integridade do piso e a segurança dos usuários. O laudo de conformidade com a IEC 60068-2-30, com inspeção final isenta de deformações e danos, comprova a estabilidade dimensional do material e sua capacidade de suportar estresse térmico e higrométrico. Assim, a exigência deste ensaio minimiza riscos de falhas prematuras, assegura longevidade do produto e protege o investimento público, garantindo desempenho seguro e contínuo da superfície esportiva.

✓ **ITEM 03:**

**9.6.13.** Ensaio de redução de impacto em quedas de no mínimo 1,10 m – NBR 16071-3 A NBR 16071-3 estabelece os requisitos mínimos de absorção de impacto para superfícies destinadas a ambientes recreativos, definindo a altura crítica de queda (HIC) que o piso deve suportar com segurança. A norma correlaciona diretamente à altura dos equipamentos — como escorregadores, trepa-trepas e balanços — à necessidade de desempenho do piso em amortecimento, de modo a reduzir o risco de lesões graves em caso de queda. Considerando que crianças estão mais suscetíveis a quedas e que alturas superiores a 1,00 m são frequentes em estruturas recreativas, torna-se indispensável garantir que o piso modular apresente desempenho comprovado para quedas de, no mínimo, 1,10 m, reduzindo significativamente a probabilidade de traumatismos cranianos e demais lesões graves. A conformidade com a NBR 16071-3 assegura que a superfície atende aos parâmetros de segurança nacionalmente estabelecidos para áreas infantis, e que o seu desempenho é compatível com os equipamentos instalados. Assim, o laudo que certifica a absorção de impacto para altura crítica de  $\geq 1,10$  m constitui evidência técnica obrigatória para comprovar que o piso é adequado ao uso em ambientes recreativos, garantindo proteção contra quedas e atendendo às exigências mínimas de segurança infantil previstas na norma.

**9.6.14.** Ensaio de resistência ao cisalhamento de no mínimo 47 Mpa – ASTM D732. A ASTM D732 estabelece o método padrão para determinação da resistência ao cisalhamento por punção de materiais plásticos, avaliando a capacidade do material de resistir a forças transversais que tendem a provocar o deslizamento de camadas internas ou a ruptura localizada por esforço cortante. Pisos modulares instalados em ambientes recreativos estão sujeitos a cargas concentradas e dinâmicas, como impactos de calçados esportivos, equipamentos móveis, trânsito intenso de usuários e esforços laterais decorrentes de mudanças bruscas de direção durante a prática de atividades físicas, que geram tensões de cisalhamento significativas na estrutura do material. Um piso modular com resistência ao cisalhamento inferior a 47 MPa pode apresentar fissuras internas, delaminação, fragmentação localizada ou ruptura dos encaixes entre módulos, comprometendo a integridade estrutural da superfície, gerando pontos de irregularidade que representam risco de tropeços, quedas e lesões aos usuários, especialmente em ambientes escolares com grande concentração de crianças e adolescentes. Além disso, a falha por cisalhamento compromete a vida útil do revestimento, exigindo substituições prematuras e onerando o erário com manutenções corretivas evitáveis. Assim, o laudo de conformidade com a ASTM D732, com resultado mínimo de 47 MPa, comprova que o material possui resistência mecânica adequada para suportar os esforços cortantes típicos do uso esportivo e recreativo.



intensivo, assegurando a segurança dos usuários, a durabilidade do piso e a economicidade da contratação ao longo de toda a vida útil prevista do produto.

**9.6.15. Ensaio de resistência à tração de mínimo de 95 MPa – ASTM D638.** A ASTM D638 estabelece o método padrão para determinação das propriedades de tração de materiais plásticos, avaliando a capacidade do material de resistir a esforços de alongamento até a ruptura. Este ensaio é fundamental para caracterizar o comportamento mecânico do polímero sob tensões de tração, que ocorrem quando o material é submetido a forças que tendem a alongá-lo ou separá-lo. Pisos modulares recreativos são submetidos a solicitações de tração decorrentes de múltiplos fatores: dilatação e contração térmica provocadas por variações de temperatura ao longo do dia e das estações do ano, esforços mecânicos de arrancamento e flexão causados pelo tráfego intenso de usuários, cargas pontuais e dinâmicas decorrentes de impactos esportivos, além de tensões nos sistemas de encaixe entre módulos, que são pontos críticos de concentração de esforços. Um material com resistência à tração inferior a 95 MPa tende a apresentar deformações plásticas permanentes, alongamentos excessivos, microfissuras, ruptura dos conectores entre placas e eventual fragmentação, comprometendo a planaridade, a estabilidade e a segurança da superfície. A ocorrência de rupturas por tração em pisos modulares gera descontinuidades na superfície, criando bordas cortantes, desníveis e pontos de instabilidade que representam risco direto de acidentes aos usuários, além de acelerar a degradação das peças adjacentes por redistribuição irregular de esforços, resultando em necessidade de substituição precoce e desperdício de recursos públicos. Assim, o laudo de conformidade com a ASTM D638, com resultado mínimo de 95 MPa, comprova que o material possui tenacidade e resistência mecânica à tração adequadas para suportar as solicitações combinadas de uso esportivo intensivo e exposição ambiental, garantindo integridade estrutural, segurança dos usuários e longevidade do investimento público, minimizando riscos de falhas prematuras e custos de manutenção ao longo da vida útil contratualmente prevista.

**9.6.16. Ensaio de atoxicidade – NBR 16071-2 e NBR NM 300-3** As normas NBR 16071-2 e NBR NM 300-3 abrangem requisitos de segurança química para materiais utilizados em ambientes infantis ou de contato frequente com usuários, estabelecendo limites de migração de metais pesados e outras substâncias tóxicas. A aplicação destes ensaios aos pisos modulares justifica-se pela possibilidade de contato dérmico intenso, exposição prolongada e, em ambientes infantis, eventual contato oral. O laudo de atoxicidade assegura que o material não libera elementos químicos acima dos limites permitidos, garantindo a proteção da saúde dos usuários e conformidade com as exigências regulatórias — adotadas como referência nacional para segurança em produtos infantis. Assim, comprova-se que o piso modular não apresenta risco químico e é seguro para uso em quadras, áreas esportivas e ambientes frequentados por crianças.

**9.6.17. Ensaio NBR 8660 e ASTM E662 – Comportamento ao fogo e emissão de fumaça** A NBR 8660 avalia a reação ao fogo por meio do fluxo crítico de energia radiante necessário para a propagação de chamas na superfície do material. A ASTM E662 quantifica a densidade óptica da fumaça produzida durante combustão ou decomposição térmica, parâmetro essencial para visibilidade e segurança em rotas de fuga. A conformidade com essas normas assegura que o piso modular apresenta baixa inflamabilidade e reduzida emissão de fumaça, fatores críticos para proteção dos usuários em situações de incêndio, especialmente em ambientes com público. Os laudos garantem que o material atende aos requisitos de segurança contra incêndio, reduzindo riscos de propagação rápida das chamas, intoxicação e perda de visibilidade.

**9.6.18. Ensaio de resistência a UV e intempéries – 3.500 h (ASTM G154)** A ASTM G154 estabelece procedimentos de envelhecimento acelerado por radiação UV, umidade e temperatura, simulando as condições reais de exposição a intempéries. Pisos modulares instalados em ambientes externos

estão sujeitos à radiação solar, chuva e variações térmicas, que podem causar ressecamento, trincas e perda de resistência mecânica. A exposição de 3.500 horas permite avaliar se o material mantém estabilidade e desempenho após envelhecimento acelerado, assegurando que não ocorrerá degradação prematura que comprometa a segurança ou a funcionalidade da superfície esportiva. Assim, o laudo ASTM G154 comprova durabilidade e resistência ambiental do material, garantindo desempenho consistente ao longo da vida útil prevista do piso.

**9.6.19. Ensaio de Ciclo Térmico – IEC 60068-2-30 – Teste Db A** IEC 60068-2-30 estabelece o ensaio de calor úmido cíclico, simulando efeitos combinados de variações de temperatura e umidade em materiais expostos a condições ambientais severas. Pisos modulares externos são submetidos diariamente a ciclos de aquecimento solar, resfriamento noturno e umidade, causando expansões e contrações sucessivas. Sem resistência adequada, esses ciclos podem gerar empenamento, manchas, fissuras ou delaminação, comprometendo a integridade do piso e a segurança dos usuários. O laudo de conformidade com a IEC 60068-2-30, com inspeção final isenta de deformações e danos, comprova a estabilidade dimensional do material e sua capacidade de suportar estresse térmico e higrométrico. Assim, a exigência deste ensaio minimiza riscos de falhas prematuras, assegura longevidade do produto e protege o investimento público, garantindo desempenho seguro e contínuo da superfície recreativa.

✓ **ITEM 04:**

**9.6.20. Ensaio de redução de impacto em quedas de no mínimo 1,30 m – NBR 16071-3** A NBR 16071-3 estabelece os requisitos mínimos de absorção de impacto para superfícies destinadas à proteção contra quedas, determinando a altura crítica que o piso deve suportar de forma segura. Embora originalmente aplicada a ambientes recreativos, trata-se da única norma brasileira que padroniza o desempenho de pisos quanto à amortecimento de impacto, sendo amplamente utilizada também em projetos esportivos para avaliação de segurança em quedas. No contexto de quadras de basquete, as exigências de segurança relacionadas a quedas são significativamente maiores. O basquete envolve saltos de elevada amplitude como bandejas, enterradas e disputas de rebote, nos quais atletas frequentemente alcançam alturas superiores a 1,30 m em relação ao solo. A probabilidade de quedas bruscas, inclusive com impacto sobre cabeça, quadril ou punhos, é elevada, sobretudo em categorias de formação (infantil e juvenil). A exigência de comprovação, por laudo, da capacidade do piso de amortecer quedas de no mínimo 1,30 m garante que a superfície apresenta desempenho adequado para absorver impactos típicos desse esporte, reduzindo drasticamente o risco de lesões graves, como traumatismos cranianos, contusões severas e danos articulares.

**9.6.21. Ensaio de resistência ao cisalhamento de no mínimo 47 Mpa – ASTM D732.** A ASTM D732 estabelece o método padrão para determinação da resistência ao cisalhamento por punção de materiais plásticos, avaliando a capacidade do material de resistir a forças transversais que tendem a provocar o deslizamento de camadas internas ou a ruptura localizada por esforço cortante. Pisos modulares instalados em ambientes recreativos estão sujeitos a cargas concentradas e dinâmicas, como impactos de calçados esportivos, equipamentos móveis, trânsito intenso de usuários e esforços laterais decorrentes de mudanças bruscas de direção durante a prática de atividades físicas, que geram tensões de cisalhamento significativas na estrutura do material. Um piso modular com resistência ao cisalhamento inferior a 47 MPa pode apresentar fissuras internas, delaminação, fragmentação localizada ou ruptura dos encaixes entre módulos, comprometendo a integridade estrutural da superfície, gerando pontos de irregularidade que representam risco de tropeços, quedas e lesões aos usuários, especialmente em ambientes escolares com grande concentração de crianças e adolescentes. Além disso, a falha por cisalhamento compromete a vida útil do revestimento, exigindo substituições prematuras e

onerando o erário com manutenções corretivas evitáveis. Assim, o laudo de conformidade com a ASTM D732, com resultado mínimo de 47 MPa, comprova que o material possui resistência mecânica adequada para suportar os esforços cortantes típicos do uso esportivo e recreativo intensivo, assegurando a segurança dos usuários, a durabilidade do piso e a economicidade da contratação ao longo de toda a vida útil prevista do produto.

**9.6.22.** Ensaio de resistência à tração de mínimo de 95 MPa – ASTM D638. A ASTM D638 estabelece o método padrão para determinação das propriedades de tração de materiais plásticos, avaliando a capacidade do material de resistir a esforços de alongamento até a ruptura. Este ensaio é fundamental para caracterizar o comportamento mecânico do polímero sob tensões de tração, que ocorrem quando o material é submetido a forças que tendem a alongá-lo ou separá-lo. Pisos modulares recreativos são submetidos a solicitações de tração decorrentes de múltiplos fatores: dilatação e contração térmica provocadas por variações de temperatura ao longo do dia e das estações do ano, esforços mecânicos de arrancamento e flexão causados pelo tráfego intenso de usuários, cargas pontuais e dinâmicas decorrentes de impactos esportivos, além de tensões nos sistemas de encaixe entre módulos, que são pontos críticos de concentração de esforços. Um material com resistência à tração inferior a 95 MPa tende a apresentar deformações plásticas permanentes, alongamentos excessivos, microfissuras, ruptura dos conectores entre placas e eventual fragmentação, comprometendo a planaridade, a estabilidade e a segurança da superfície. A ocorrência de rupturas por tração em pisos modulares gera descontinuidades na superfície, criando bordas cortantes, desníveis e pontos de instabilidade que representam risco direto de acidentes aos usuários, além de acelerar a degradação das peças adjacentes por redistribuição irregular de esforços, resultando em necessidade de substituição precoce e desperdício de recursos públicos. Assim, o laudo de conformidade com a ASTM D638, com resultado mínimo de 95 MPa, comprova que o material possui tenacidade e resistência mecânica à tração adequadas para suportar as solicitações combinadas de uso esportivo intensivo e exposição ambiental, garantindo integridade estrutural, segurança dos usuários e longevidade do investimento público, minimizando riscos de falhas prematuras e custos de manutenção ao longo da vida útil contratualmente prevista.

**9.6.23.** Ensaio de atoxicidade – NBR 16071-2 e NBR NM 300-3 As normas NBR 16071-2 e NBR NM 300-3 abrangem requisitos de segurança química para materiais utilizados em ambientes infantis ou de contato frequente com usuários, estabelecendo limites de migração de metais pesados e outras substâncias tóxicas. A aplicação destes ensaios aos pisos modulares justifica-se pela possibilidade de contato dérmico intenso, exposição prolongada e, em ambientes infantis, eventual contato oral. O laudo de atoxicidade assegura que o material não libera elementos químicos acima dos limites permitidos, garantindo a proteção da saúde dos usuários e conformidade com as exigências regulatórias — adotadas como referência nacional para segurança em produtos infantis. Assim, comprova-se que o piso modular não apresenta risco químico e é seguro para uso em quadras, áreas esportivas e ambientes frequentados por crianças.

**9.6.24.** Ensaio NBR 8660 e ASTM E662 – Comportamento ao fogo e emissão de fumaça A NBR 8660 avalia a reação ao fogo por meio do fluxo crítico de energia radiante necessário para a propagação de chamas na superfície do material. A ASTM E662 quantifica a densidade óptica da fumaça produzida durante combustão ou decomposição térmica, parâmetro essencial para visibilidade e segurança em rotas de fuga. A conformidade com essas normas assegura que o piso modular apresenta baixa inflamabilidade e reduzida emissão de fumaça, fatores críticos para proteção dos usuários em situações de incêndio, especialmente em ambientes com público. Os laudos garantem que o material atende aos requisitos de segurança contra incêndio, reduzindo riscos de propagação rápida das chamas, intoxicação e perda de visibilidade.

**9.6.25.** Ensaio de resistência a UV e intempéries – 3.500 h (ASTM G154) A ASTM G154 estabelece procedimentos de envelhecimento acelerado por radiação UV, umidade e temperatura, simulando as condições reais de exposição a intempéries. Pisos modulares instalados em ambientes externos estão sujeitos à radiação solar, chuva e variações térmicas, que podem causar ressecamento, trincas e perda de resistência mecânica. A exposição de 3.500 horas permite avaliar se o material mantém estabilidade e desempenho após envelhecimento acelerado, assegurando que não ocorrerá degradação prematura que comprometa a segurança ou a funcionalidade da superfície esportiva. Assim, o laudo ASTM G154 comprova durabilidade e resistência ambiental do material, garantindo desempenho consistente ao longo da vida útil prevista do piso.

**9.6.26.** Ensaio de Ciclo Térmico – IEC 60068-2-30 – Teste Db A IEC 60068-2-30 estabelece o ensaio de calor úmido cíclico, simulando efeitos combinados de variações de temperatura e umidade em materiais expostos a condições ambientais severas. Pisos modulares externos são submetidos diariamente a ciclos de aquecimento solar, resfriamento noturno e umidade, causando expansões e contrações sucessivas. Sem resistência adequada, esses ciclos podem gerar empenamento, manchas, fissuras ou delaminação, comprometendo a integridade do piso e a segurança dos usuários. O laudo de conformidade com a IEC 60068-2-30, com inspeção final isenta de deformações e danos, comprova a estabilidade dimensional do material e sua capacidade de suportar estresse térmico e higrométrico. Assim, a exigência deste ensaio minimiza riscos de falhas prematuras, assegura longevidade do produto e protege o investimento público, garantindo desempenho seguro e contínuo da superfície esportiva.

✓ **ITENS 10 A 63:**

**9.6.27.** As exigências de certificações, laudos e ensaios para os itens 10 à 63 são fundamentais para assegurar a qualidade, a durabilidade e, primordialmente, a segurança dos usuários, em sua maioria crianças. Tais requisitos não configuram restrição indevida à competitividade, mas sim a definição de padrões mínimos indispensáveis ao atendimento do interesse público, conforme demonstrado a seguir:

**9.6.28.** ABNT NBR 16071-2:2021 - Requisitos de Segurança: Trata-se da principal norma técnica brasileira para a segurança em ambientes recreativos. Sua observância é indispensável para mitigar riscos de acidentes graves, como aprisionamento de partes do corpo (cabeça, pescoço, membros), quedas de altura, e falhas estruturais. O laudo de conformidade com esta norma é a garantia de que o projeto e a fabricação das peças seguiram os mais rigorosos padrões de segurança para o público infantil.

**9.6.29.** NBR 8095:2015 (Corrosão por Exposição à Atmosfera Úmida) e Ensaio de Névoa Salina (ABNT NBR 17088:2023): Os equipamentos serão instalados em ambientes externos, sujeitos a chuvas e umidade. A corrosão de partes metálicas compromete a integridade estrutural das peças, podendo causar colapsos, além de criar superfícies cortantes e enferrujadas, que representam risco à saúde. A exigência de ensaios que atestem alta resistência à corrosão (mínimo de 5.000 horas em atmosfera úmida e 5.000 horas em névoa salina) assegura a longevidade do equipamento e a segurança dos usuários ao longo do tempo, reduzindo custos futuros com manutenção e substituição.

**9.6.30.** NBR ISO 4628:2022 (Avaliação do Grau de Enferrujamento) e NBR 5841:2015 (Determinação do Grau de Empolamento): Estes ensaios avaliam a qualidade e a resistência do revestimento (pintura) das superfícies. Uma pintura de baixa qualidade pode empolar (criar bolhas) e descascar precocemente, expondo o material metálico à corrosão. A comprovação de conformidade com essas normas garante a eficácia da barreira protetora da pintura, contribuindo diretamente para a durabilidade e a segurança do equipamento.



**9.6.31.** Laudo Anti-UV (ASTM G 155 e ASTM G 154): Muitas peças, como escorregadores, assentos e painéis, são confeccionadas em polietileno e outros polímeros. A exposição contínua à radiação ultravioleta (UV) do sol degrada esses materiais, tornando-os ressecados, quebradiços e desbotados. O ensaio de resistência a no mínimo 3.000 horas de exposição UV garante que os componentes plásticos não sofrerão degradação prematura, mantendo sua resistência mecânica e evitando que se quebrem durante o uso, o que poderia causar acidentes graves.

**9.6.32.** Laudo de Resistência a Condutividade Elétrica (Antiestático - ABNT NBR 14922:2013): O atrito em superfícies plásticas, como em escorregadores, pode gerar acúmulo de eletricidade estática. Embora geralmente inofensivo, um choque estático pode assustar uma criança durante a brincadeira, levando a movimentos bruscos e quedas. A exigência de matéria-prima com propriedade antiestática visa proporcionar maior conforto e segurança, prevenindo esses pequenos incidentes.

## **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **10.1. Condições de Entrega:**

**10.1.1.** Os bens deverão ser entregues de forma parcelada, mediante a emissão de Ordens de Fornecimento pela Administração, conforme a necessidade dos municípios consorciados.

**10.1.2.** O prazo de entrega de cada parcela é de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

**10.1.3.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**10.1.4.** Os bens deverão ser entregues no endereço indicado em cada Ordem de Fornecimento, dentro dos municípios consorciados ao CIMINAS.

**10.1.5.** O fornecimento do objeto será parcelado, conforme demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

## **11. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**11.1.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**11.2.** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

**11.3.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**11.4.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**11.5.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**11.6.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**11.7.** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de



retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

**11.8.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

**11.9.** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

**11.10.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**11.11.** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

**11.12.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 12. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

**12.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**12.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**12.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**12.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**12.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## 13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 13.1. Recebimento:

**13.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**13.1.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na

proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**13.1.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**13.1.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**13.1.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**13.1.6.** O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**13.1.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 14. LIQUIDAÇÃO

**14.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**14.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**14.2.1.** o prazo de validade;

**14.2.2.** a data da emissão;

**14.2.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**14.2.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**14.2.5.** o valor a pagar; e

**14.2.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**14.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

**14.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.4.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**14.4.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

**14.4.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**14.5.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**14.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**14.7.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**14.8.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **15. PRAZO DE PAGAMENTO**

**15.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**15.2.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

## **16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**16.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **16.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**16.2.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

**16.2.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**16.2.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**16.2.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**16.2.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**16.2.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no

Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**16.2.7.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

**16.2.8.** Documento de identificação pessoal do(s) sócio(s) administrador(es).

**16.2.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **16.3.HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**16.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

**16.3.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**16.3.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**16.3.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**16.3.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**16.3.6.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **16.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**16.4.1.** Certidão negativa de falência, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, sendo considerada válida se emitida até 90 (noventa) dias da data marcada para a sessão pública deste processo licitatório. Nas hipóteses em que a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial fornecida for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

**16.4.2.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (nas conformidades do Art. 69, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021), apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação

da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir.

**16.4.3.** Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados.

**16.4.4.** Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 consideradas assim como Sociedades Anônimas ou S/A:

- a) Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- b) Publicados em Diário Oficial; e
- c) Publicados em jornal de grande circulação; ou
- d) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**16.4.5.** Sociedades de responsabilidade limitada (LTDA):

- a) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou
- b) Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- c) Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital-SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2019.

**16.4.6.** Sociedades criada no exercício em curso:

- a) Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

**16.4.7.** A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível, "Índice de Liquidez Geral (LG)", "Índice de Solvência Geral (SG)" e "Índice de Liquidez Corrente (LC)", segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

- a) Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

- b) Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

- c) Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

**Legenda:**



**AC = Ativo Circulante**

**PC = Passivo Circulante**

**ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo**

**PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo**

**AT = Ativo Total**

**16.4.8.** JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS – os índices contábeis indicados neste edital são os mais utilizados nas contratações públicas e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

**16.4.9.** Declaração assinada por contador atestando os índices acima calculados.

## **16.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**16.5.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**16.5.2.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**16.5.3.** O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.

**16.5.4.** Declaração de que a empresa assume ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar quaisquer municípios pertencentes ao consórcio.

## **17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**17.1.** O custo estimado da contratação é de **R\$ 119.222.772,62 (cento e dezenove milhões duzentos e vinte e dois mil setecentos e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos)**.

**17.1.1.** Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

**17.2.** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

**17.3.** Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

**17.3.1.** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;

**17.3.2.** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**17.3.3.** serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

## **18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALORES ESTIMADOS POR MUNICÍPIO**

**18.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão nas dotações dos Municípios solicitantes.

**18.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**18.3.** Os valores estimados de preços por município participante será de 12 (doze) meses e ou 24 (vinte e quatro) meses, caso o CIMINAS, resolva prorrogar a ATA, nas formas do artigo 84º da lei federal 14.133/2021.

Araxá/MG, 30 de abril de 2026.

MARIA APARECIDA RIOS  
**CIMINAS**

## **ANEXO II**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026**

#### **MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026**

O **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS**, consórcio público de direito público, CNPJ 19.493.732/0001-99, com sede na Rua Antônio Alves da Costa, nº 300, Vila São Pedro, Araxá/MG, CEP 38183-058, neste ato representado pelo seu Presidente devidamente constituído em assembleia Sr. Frederico Ozanan Rangel, brasileiro, Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG – CEP 38.805-000, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico nº 012/2026, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Administrativo nº 025/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_ com sede à \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ por seu sócio proprietário Sr.(a) \_\_\_\_\_, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, em conformidade com as disposições a seguir:

#### **1. DO OBJETO**

**1.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE AMBIENTES ESPORTIVOS E RECREATIVOS COM PEÇAS MODULARES EM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DEMANDANTES.**

#### **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** Deverão estar incluídos no preço todos os insumos necessários para a execução do objeto desta licitação, tais como impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a avença, sem ônus adicional para a Administração.

**2.2.** Especificação detalhada do objeto, será conforme especificada no Termo de Referência.

**2.3.** Todos os serviços que serão entregues pela detentora desta Ata serão nas formalidades do Termo de Referência anexo neste edital e estarão nas conformidades de cada Ordem de Fornecimento emitida por cada município aderente.

**2.4.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de, eventualmente, algum local para prestação de serviços seja mais distante ou de difícil acesso.

**2.5.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### **3. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS**

**3.1.** A existência de preços registrados implicará no compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, termo de referência e na proposta vencedora do certame, mas não obrigará a contratação, sendo esta, facultada aos municípios integrantes deste consórcio, ou de outros entes federativos que assim o requisitarem.

**3.2.** O Licitante Detentor da Ata de Registro de Preços (ARP), doravante denominado CONTRATADA, estará obrigado a retirar as respectivas notas de empenhos e a celebrar o Eventual Contrato ou instrumento equivalente que poderão advir com os órgãos participantes, doravante denominados Municípios Contratantes, nas condições estabelecida neste Termo de Referência e na própria Ata (ARP), observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.

**3.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao caso.

**3.4.** O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE.

**3.5.** Quando da necessidade de contratação nos termos contratuais instituídos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, os ordenadores de despesas dos Municípios, órgãos CONTRATANTES, deverão consultar ao CIMINAS (Órgão Gerenciador) através de sua COORDENADORIA DE LICITAÇÕES para obter a indicação do Licitante Detentor da ARP, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

**3.6.** A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.7.** Os órgãos e entidades poderão aderir a esta Ata de Registro de Preços na condição de não participantes do consórcio, desde que observados os requisitos previstos no artigo art. 86 da Lei nº 14.133 de 2021.

**3.8.** O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.9.** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **4. DO REGIME DE EXECUÇÃO E/OU FORMA DE FORNECIMENTO**

**4.1.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá atentar para o cumprimento dos parâmetros solicitados e exaustivamente percorridos no Termo de Referência do processo licitatório, uma vez que, a aceitação do objeto vincula-se ao fiel atendimento das especificações contidas nele e somente serão aceitos se atenderem aos padrões exigidos e forem entregues dentro do prazo estabelecido.

**4.2.** Verificada desconformidade dos produtos fornecidos, a empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá efetuar as devidas correções ou substituições no prazo máximo de 3 (três) dias

úteis após a comunicação oficial, sem ônus para o Consórcio e/ou Município, podendo ser prorrogado pelo Consórcio e/ou Município, mediante solicitação.

**4.3.** A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

## **5. DO PRAZO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**5.1.** O local e prazo de execução do objeto será conforme estabelecido no Termo de Referência, cujas especificações serão informadas nas ordens/autorizações de serviço, emitidas no decorrer do tempo de vigência da Ata de Registro de Preços, sendo que, a responsabilidade pelo recebimento, será do funcionário oportunamente indicado pelo Município aderente.

**5.2.** Caso a empresa detentora da Ata não possa cumprir com os prazos estipulados nas ordens de serviço, deverá apresentar justificativa por escrito, até 02 (dois) dias do vencimento do prazo de início da prestação de serviços descritos no objeto, ficando a critério do Consórcio e/ou Município a sua aceitação.

**5.3.** Ao não cumprir os prazos estipulados para refazimento de serviços caso ocorra sem justificativa formal aceita pelo Consórcio e/ou Município, decairá seu direito de fornecimento, sujeitando-se às penalidades previstas neste instrumento.

## **6. DA VALIDADE DA ATA**

**6.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021 contado a partir do 1º dia útil subsequente à sua publicação, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## **7. REVISÃO E CANCELAMENTO**

**7.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

**7.2.** Os preços registrados poderão ser revistos nas seguintes hipóteses: caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.3.** Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

**7.4.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.5.** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



**7.6.** Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**7.7.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.

**7.8.** Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual.

**7.9.** No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.10.** Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

**7.11.** Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

**7.12.** Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

**7.13.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**7.14.** O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

- a)** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b)** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d)** Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.15.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.12 e 7.13, e será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**7.16.** O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

- a)** Por razão de interesse público;
- b)** Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- c)** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

## 8. DAS PENALIDADES

**8.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

**8.2.** As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

**8.3.** Compete ao órgão gerenciador aplicar penalidades relativas à ata, e aos órgãos contratantes aquelas decorrentes dos contratos..

## 9. DO PAGAMENTO

**9.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**9.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**9.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**9.6.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento definitivo do serviço e/ou objeto decorrente da presente ata

## 10. CONDIÇÕES GERAIS

**10.1.** As demais condições gerais do fornecimento, encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

**10.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

**10.3.** Os órgãos participantes do presente registro de preços encontram-se listados no edital

**10.4.** Os preços registrados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante aplicação de índice oficial previsto no edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... ( ) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinadas pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX - XX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

**CIMINAS**

**[Assinatura Representante(s) Legal(is) do(s) Fornecedor(es) Registrado(s)]**

**ANEXO III**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026  
MINUTA DE CONTRATO XXX/XXX**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A XXXXXXXXXXXX, POR  
INTERMÉDIO DO (A) E .....

A ..... por intermédio do(a)  
....., com sede no(a), na cidade de .....  
/Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) .....  
(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ... de ..... de 20..., portador do  
CPF nº.....e RG nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a),  
inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., sediado(a) na, doravante designado  
CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no  
contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo  
em vista o que consta no Processo nº 025/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133,  
de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de  
Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 012/2026, Ata de Registro de Preço...../XXXX  
mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é contratação de empresa especializada em implantação e requalificação de ambientes esportivos e recreativos com peças modulares em atendimento aos municípios demandantes, nas conformidades descritas no Termo de Referência que são parte integrante desta Ata, nas condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 012/2026 e Ata de Registro de Preço...../.....

**1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	QTDE	UNID.	CÓD.	DESCRIÇÃO	VR. UNIT.	VR. TOTAL

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a)** O Termo de Referência;
- b)** O Edital da Licitação;
- c)** A Proposta;
- d)** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a)  
....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Ata de Registro de Preço, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** A subcontratação somente será admitida se expressamente prevista no Termo de Referência, devendo limitar-se a parcelas acessórias do objeto, sem prejuízo da responsabilidade integral do contratado pela execução contratual..

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$...... ( )

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**6.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento definitivo do objeto, mediante atesto da execução e apresentação de nota fiscal.

**6.2.** O pagamento está condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista do contratado.

**6.3.** É vedado o pagamento por serviços não executados ou não devidamente atestados..

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

**7.2.** Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**7.9.** O reajuste não exclui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovado, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sendo ônus do contratado demonstrar o desequilíbrio mediante documentação idônea.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**8.1.** São obrigações do Contratante:

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

**8.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

**8.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**8.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

**8.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

**8.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.1.9.** A Administração deverá decidir os requerimentos no prazo razoável, devidamente motivado, observado o princípio da eficiência e da duração razoável do processo administrativo..

**8.1.10.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

**8.1.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**8.1.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:



- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**9.2.1. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**9.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.2.4. Multa:**

- a) Moratória de .....% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... ( ) dias;
- b) Moratória de .....% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de .....% ( por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- b.1)** O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 9.1, de ....% a % do valor do Contrato.
- d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 9.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
- e) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 9.1, a multa será de %a ...% do valor do Contrato.
- f) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 9.1, a multa será de....% a ...% do valor do Contrato.
- g) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 9.1, a multa será de....% a % do valor do Contrato.

**9.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**9.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** As peculiaridades do caso concreto;
- c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**9.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**9.14.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**9.15.** A aplicação das sanções observará os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e devido processo legal, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**10.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**10.2.** A eventual necessidade de continuidade da execução deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, vedada a prorrogação automática do contrato..

**10.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a)** Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b)** Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**10.3.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- a)** Gestão/Unidade:
- b)** Fonte de Recursos:
- c)** Programa de Trabalho:
- d)** Elemento de Despesa:
- e)** Plano Interno:
- f)** Nota de Empenho:

**11.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**12.1.** Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei nº 14.133/2021, princípios do direito administrativo, jurisprudência dos tribunais de contas e, subsidiariamente, pelas normas de direito privado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

**14.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)**

**15.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Comum em ....., para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO